

ISER

INSTITUTO DE ESTUDOS DA RELIGIÃO

PESQUISA: O QUE AS LIDERANÇAS BRASILEIRAS PENSAM SOBRE

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E O ENGAJAMENTO DO BRASIL

RELATÓRIO DE DIVULGAÇÃO

(2008)

Este relatório apresenta os resultados principais da “Pesquisa com Lideranças sobre Mudanças Climáticas no Brasil”, realizada pelo ISER – Instituto de Estudos da Religião com o apoio da Embaixada Britânica no Brasil.

O estudo foi realizado de janeiro a maio de 2008 e ouviu 210 líderes em todas as regiões do país.

A pesquisa teve como objetivo geral coletar e sistematizar opiniões de pessoas influentes (*key-influencers*) de sete setores da sociedade: mídia, congresso, sociedade civil, organizações não governamentais, universidades e institutos de pesquisa, empresariado e agências governamentais sobre o tema das mudanças climáticas.

A pesquisa caracteriza-se como um estudo de percepção e explora o nível de informação, de engajamento, as visões e opiniões dominantes de 210 lideranças, 30 em cada setor selecionado, sobre o tema das mudanças climáticas e outros tópicos relacionados, indicando diretrizes para o desenvolvimento de programas e ações que possam ser desenvolvidas no Brasil.

De natureza predominantemente qualitativa, a pesquisa usou a técnica da entrevista em profundidade com roteiro semi-estruturado. Cada entrevista presencial durou cerca de 50 minutos.

Este relatório traz uma síntese das principais conclusões, caracteriza a amostra e descreve a metodologia empregada.

O relatório contendo a íntegra da pesquisa estará disponível no site do ISER a partir de 19 de setembro.

Contatos: Samyra Crespo – coordenadora (samyra@iser.org.br)

Maria Rita Villela – pesquisadora sênior (mvillela@iser.org.br)

Os objetivos da pesquisa foram indagar, sistematizar e organizar informações e opiniões obtidas junto ao público-alvo (pessoas influentes) buscando:

- 1) Aprender mais sobre o público alvo como um todo, incluindo a compreensão das oportunidades, adequações e restrições impostas pelas mudanças climáticas ao desenvolvimento do país que este público detém;
- 2) Entender o engajamento pessoal e institucional no combate às mudanças climáticas de pessoas reconhecidas como lideranças, assim como suas percepções sobre as responsabilidades, barreiras e oportunidades para lidar com o assunto;
- 3) Obter informações complementares sobre as preocupações, esperanças e propostas que possam subsidiar programas, projetos e políticas sobre mudanças climáticas no país.

Os tópicos explorados pela pesquisa foram os seguintes:

- Principal desafio da humanidade e do Brasil nos próximos 20 anos;
- Principal desafio ambiental nos próximos 20 anos (Mundo e Brasil);
- Grau de preocupação e atribuição de gravidade ao problema das mudanças climáticas;
- Conhecimento da questão (causas e efeitos);
- Visão sobre o impacto das mudanças climáticas na economia e nas perspectivas de desenvolvimento socioeconômico;
- Visão sobre o impacto das mudanças climáticas no setor de atuação do entrevistado;
- Responsabilidades do Brasil perante o mundo;
- Contribuição dos setores e atores na redução de emissões;
- A importância das energias renováveis (discussão sobre a matriz energética);
- Identificação de atores-chave e papel dos indivíduos na promoção de consciência e mitigação;
- Conhecimento sobre ações e programas nacionais e internacionais de mitigação/adaptação;
- Conhecimento sobre o tratamento da temática no âmbito internacional.

Uma importante conclusão do estudo é a de que o tema das mudanças climáticas está na agenda dos atores sociais e governamentais. Nenhum setor dos sete selecionados (cientistas, empresários, ONGs e sociedade civil, mídia, governo e congressistas) negou a alta relevância do tema ou avalia que o fenômeno das mudanças climáticas não deve ser tratado como uma das questões mais importantes e estratégicas do nosso tempo.

A problemática entrou com força a partir dos anos 90' e com mais consistência nos últimos 5 anos. A consciência recente de que o então “aquecimento global” e os “gases do efeito estufa” (terminologia da época) estavam indicando mudanças drásticas no regime climático do Planeta começou com a Rio-92. Para a maioria, foi a Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, realizada no Rio de Janeiro, que pautou o Brasil, signatário da Convenção do Clima e do Protocolo de Kyoto desde a primeira hora. Entretanto, admitem que foram, na seqüência, o Relatório Stern (2007), o Relatório do IPCC (2008) e o documentário de Al Gore – Uma Verdade Inconveniente – amplamente divulgado no Brasil, que chamaram a atenção para um fato que poucos contestam: o fenômeno das mudanças climáticas já se faz sentir, não é um problema distante de nós (a geração atual). Por conseguinte, todas as sociedades têm que cooperar e encontrar um modelo de governabilidade para lidar com a questão.

A maneira como cada segmento da sociedade brasileira lida com o assunto tem a ver com a natureza do próprio segmento (mais ou menos informado), com sua proximidade em relação aos temas e assuntos pertinentes (mais ou menos orgânico), com a formação e inserção do próprio entrevistado (mais ou menos especializado) e também com a importância que é atribuída ao tema por cada uma das 210 lideranças entrevistadas.

Quase todas disseram estar preocupadas como indivíduos e cidadãos, para além do interesse ou trajetória meramente profissional. Encontramos em todos os setores uma presença expressiva de opiniões balizadas, razoável domínio sobre o tema e uma grande motivação para aprender mais.

As principais conclusões, orientadas pela lista dos principais tópicos pesquisados, são as seguintes:

- i. Maioria absoluta dos entrevistados concorda com a visão científica de que o impacto das mudanças climáticas será grande e afetará todo mundo, especialmente a população pobre.
- ii. O divisor de águas na formação de uma opinião consistente sobre o assunto foram os dados do último Relatório do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, 2008) amplamente divulgados pela internet e pela mídia, além de analisados em diversos fóruns; para os entrevistados, o conjunto de evidências de que o clima do Planeta está mudando é consistente e não se pode mais ignorar os possíveis efeitos disso sobre a economia e os processos de desenvolvimento em curso.
- iii. Quase totalidade dos entrevistados nomeia o fenômeno de “aquecimento global” ou de “mudança climática”. Praticamente nenhum entrevistado referiu-se à problemática utilizando a terminologia comum nos Estados Unidos e Europa – segurança climática (climate security).
- iv. Lideranças consideram que ainda conhecem pouco o tema das mudanças climáticas e maioria considera-se altamente motivada a aprender mais sobre a problemática.
- v. Maioria dos entrevistados considera que as mudanças climáticas constituem problemática muito importante para seu setor ou área de atuação podendo afetar políticas, consumo e negócios; acreditam que a tendência será regular as atividades emissoras e se preocupam com o impacto desse tipo de medida na competitividade econômica dos produtos brasileiros e também no rebatimento nas políticas praticadas de preço; a opinião geral é a de que a “transição energética tem um custo” e não se sabe ainda quem pagará a conta.
- vi. Líderes apontam que o maior desafio a ser enfrentado tanto pela humanidade quanto pelo Brasil, nos próximos 20 anos, está simultaneamente no enfrentamento das questões ambientais e das questões sociais. Na opinião deles, não dá para separar, pois a pobreza leva a práticas predatórias. No enfrentamento das questões ambientais destacaram as mudanças climáticas e a necessidade de conservar os recursos hídricos;

no enfrentamento das questões sociais, destacaram a necessidade de combater a pobreza e reduzir desigualdades.

- vii. Em todos os setores ouvimos críticas ao atual modelo de desenvolvimento, tido como insustentável, principalmente pelo fato de ser baseado em “combustíveis fósseis”. Também foi amplamente criticado o atual modelo de consumo, inspirado no “modelo americano”; para os entrevistados, rever padrões de produção e consumo é uma questão que não pode ser mais adiada se decidirmos, enquanto civilização, enfrentar seriamente o desafio das mudanças climáticas.
- viii. Para todos os setores, o binômio desmatamento/queimadas é o maior responsável pelo agravamento das mudanças climáticas. Em segundo lugar, destacaram as fontes veiculares e criticaram o modelo rodoviário adotado pelo país nos anos 60’ e 70’. Em terceiro, mencionaram as atividades industriais, destacando como “vilões”: a indústria petrolífera, a indústria de mineração, a química e o agro-negócio.
- ix. Para a maioria absoluta, a responsabilidade do Brasil perante o mundo, no combate às mudanças climáticas, resume-se a quatro ações: 1) conter o desmatamento da Amazônia; 2) rever a matriz de transportes; 3) não sujar a matriz energética brasileira, considerada limpa em comparação aos demais países; 4) e desenvolver os biocombustíveis, o que poderá ser uma “grande contribuição” para a transição energética que os países deverão enfrentar nas próximas décadas.
- x. Apenas uma minoria, no entanto presente em todos os setores pesquisados, considera que o Brasil não deve ceder a imposições vindas de fora, e que o momento é o de negociar vantagens para o país, pois preservar a Amazônia “custa caro”. Para esses, o Brasil tem direito a se desenvolver, e como a China e a Índia, não pode pagar o preço que os países desenvolvidos, que usaram perdulariamente seus recursos no passado, desejam. Em outras palavras, para estes, o Brasil deve receber recursos para preservar a Amazônia.
- xi. Praticamente a totalidade dos entrevistados mostrou-se preocupada com o futuro da Amazônia, enxergando nela nosso “problema e solução”. Conter o desmatamento é um problema, pois significa mudar o modelo de uso do solo na região, tida como enorme e diversa. Segundo eles, a Amazônia não é somente importante para o mundo, mas também para o Brasil; a questão é provar para os agentes econômicos que a floresta vale mais em pé do que derrubada para produzir madeira, gado ou soja.
- xii. A maioria absoluta dos entrevistados declarou ser possível compatibilizar crescimento econômico e reduzir emissões, ou seja, não agravar ainda mais o fenômeno das mudanças climáticas. Contudo, dizem, é o desafio amazônico e a solução dos transportes, principalmente nas grandes cidades, que darão o tom. As indústrias, de um modo geral, até porque se tornou uma questão de competitividade, acabarão se adequando às normas, e o mercado de crédito de carbono deverá oferecer os instrumentos para isso; com o esgotamento dos mecanismos criados pelo Protocolo de Kyoto surgirá uma nova geração de instrumentos e o mercado deverá responder rapidamente.
- xiii. Uma minoria, contudo, também presente em todos os setores, mostrou-se cética quanto à compatibilização: para esses, o problema está no próprio modelo de desenvolvimento, ainda baseado em combustíveis fósseis; a transição energética, dizem, não se faz do dia para noite, e, além disso, esbarra nos fortes interesses econômicos das petrolíferas e associados; também lembraram que o modelo de consumo, adotado pela maioria dos países é insustentável e que não há sinais de que os países que têm consumo alto de energia perca, caso dos EUA, por exemplo, estejam dispostos a sacrifícios.
- xiv. Os biocombustíveis são, para parte expressiva dos entrevistados uma “janela de oportunidades” para o Brasil, desde que os parâmetros dessa produção sejam regulados dentro de um marco de sustentabilidade. Os entrevistados falam entusiasticamente da chance do Brasil contribuir para o mundo, não só com o etanol, mas com uma “economia de biomassa” de “baixo carbono”. Para estes entusiastas, o Brasil tem território, tem tecnologia e tem o apoio das suas elites. Criticam, no entanto, o modelo “agricultura familiar”, afirmando que para sermos a maior economia de biocombustíveis do mundo, precisamos de escala e não de “projeto social” com assentados da reforma agrária.
- xv. A maioria dos entrevistados se declarou “não especialista”, mas disse acompanhar a discussão internacional, realizada pelos países-membros da ONU, nas reuniões da Convenção das Partes, realizadas de dois em dois anos. As principais fontes desse acompanhamento são a internet, os noticiários de jornais e televisão. Muitos alegam ler revistas especializadas e documentos também disponibilizados pela internet. Uma minoria acompanha bem de perto na qualidade de negociadores, consultores ou membros das delegações brasileiras. Para essa minoria mais especializada, as opiniões estão divididas entre um grupo que considera o Brasil pouco engajado, atuando equivocadamente, e outro que acha que o Brasil está bem, tem matriz limpa, tem o etanol, e que a Amazônia é o único problema que deveremos enfrentar de verdade.

- xvi. Entre os que acompanham de perto a batalha das negociações nos encontros preparatórios e oficiais, a maioria criticou a posição dos Estados Unidos, classificando como “erro histórico” o não alinhamento ao Protocolo de Kyoto, desde 1997. Acreditam que essa posição deverá mudar com as novas eleições nos EUA e que o grande problema será a China, por ser gigante e por ter um modelo de produção sujo (baseado em carvão).
- xvii. Apenas uma minoria disse ter acompanhado a Conferência de Bali e manifestou descrença na agilidade desse tipo de reunião, dizendo que os mecanismos são “velhos” e “inoperantes” para as necessidades urgentes que a questão climática coloca para o mundo. Uma parte expressiva, no entanto, incluindo os que não acompanharam, declarou que apesar de tudo, “houve avanços” e que a agenda está estabelecida para 2009. Para estes otimistas, os países são muitos desiguais e é preciso negociar mesmo, pois o fenômeno das mudanças climáticas os afetará diferentemente: as responsabilidades são “comuns, mas diferenciadas”, afirmam.
- xviii. Para uma parte significativa dos entrevistados, mais de dois terços, o Brasil vem equivocadamente desprezando a chance de liderar uma iniciativa relevante, tornando-se líder dos países emergentes. O país tem perfeitas condições para isso, pois se trata de uma “potência ambiental”. A maioria desconhece a proposta que a diplomacia brasileira apresentou em Bali, denominada “desmatamento evitado”, e quem disse conhecer Bali, comum nos Estados Unidos e Europa - criticou-a por considerá-la de difícil operacionalização; mesmo aqueles que simpatizaram com a proposta, consideram que há necessidade de aprimorá-la;
- xix. A totalidade dos entrevistados considera que a Europa está na vanguarda em termos de metas de redução e de programas de adaptação e mitigação, mas a maioria não sabe citar os programas ou não conhece detalhes. Individualmente os países mais citados foram Alemanha, Holanda e Dinamarca; os mais criticados foram EUA, Rússia e China;
- xx. Para a maioria absoluta dos entrevistados, quem deve liderar o processo de engajamento do Brasil, dentro e fora do país, é o governo. Trata-se de “tarefa de Estado”, disseram. Depois que o governo sinalizar para a sociedade que está levando o assunto a sério, os demais atores tendem a se engajar. Pela ordem, além do próprio governo foram citados, o empresariado, a sociedade civil e a mídia. Também foi mencionado que o país precisa de um projeto de desenvolvimento tecnológico voltado para a produção de energias limpas. A maneira que o governo tem para fazer a sinalização sobre suas intenções é aprovar uma política nacional do clima, e discutir a sua implementação com todos os setores.
- xxi. A maioria dos entrevistados mostrou-se pessoalmente sensibilizada com os possíveis efeitos e cenários sombrios que a questão das mudanças climáticas colocam. Acreditam ser “o maior desafio de todos os tempos” e se mostram preocupados como pessoas, profissionais e líderes que devem tomar decisões. Recusam, contudo, o tom “apocalíptico” ou catastrofista que costuma imperar no noticiário ou em alguns fóruns mais militantes. Acreditam que a “pedagogia do medo” é paralisante ou pode levar a atitudes imprevisíveis tais como “se tudo vai acabar amanhã, então deixa eu aproveitar hoje”.
- xxii. Finalmente, as lideranças ouvidas consideram que a humanidade já teve desafios tremendos em outros momentos da história e que a cooperação para enfrentar o agravamento climático deverá acontecer em breve. Embora reconheçam que não há base científica e tecnológica para lidar com toda a complexidade do fenômeno das mudanças climáticas, mostram-se otimistas quanto às possibilidades de “reversão do fenômeno”. Parte dos entrevistados, também marcando presença em todos os setores, mas em menor número, falou da necessidade de se consolidar uma base ética e de invocar não só as forças econômicas, mas também as energias espirituais da humanidade, pois estamos sem dúvidas em um período crítico da história dos seres humanos e do Planeta.

Os setores selecionados se dividem, em termos de suas opiniões sobre o tema das mudanças climáticas, em dois grupos distintos: um constituído pelos indivíduos mais informados e engajados; e outro mais reticente, com menos informação ou com outras prioridades declaradas.

Entretanto, em cada setor, observou-se a consciência do “seu papel” e da sua contribuição específica na constelação de esforços que o Brasil deve empreender.

Em termos de uma consciência e engajamentos mais consistentes, verificamos que o setor mais fracamente posicionado é o representado pelos parlamentares. O congresso nacional admite que ainda não dá a devida importância à questão climática. Para os parlamentares, isso se deve ao fato de que o executivo ainda não se definiu. Para eles, “sem sociedade e sem governo, o parlamento pouco pode fazer”.

Logo a seguir temos a mídia. Embora os profissionais de comunicação reconheçam ter o papel de formar a opinião, e também de conscientizar, eles não são produtores de informação, mas comunicadores, caixa de ressonância. Além disso, são reféns da lógica do noticiário, que se alimenta de novidades e de eventos dramáticos. Ainda assim, a maioria dos entrevistados se sente pessoalmente mobilizada e acredita que a problemática vem ganhando cada vez mais espaço no setor, tendência que deverá perdurar. Acreditam ainda que, do mesmo modo com que surgiu um jornalismo especializado em questões ambientais, o mesmo deverá ocorrer com mudanças climáticas.

Em terceiro lugar estão as ONGs e as associações do terceiro setor, consideradas conjuntamente, isto é as organizações de corte mais militante com aquelas de representação empresarial. Como é de se esperar, neste segmento encontramos uma enorme heterogeneidade de perfis de atuação e engajamento. A primeira coisa a sublinhar é que não são muitas as organizações que lidam sistematicamente com o tema das mudanças climáticas ou que se apresentem como especializadas. A segunda, é que os diferentes registros ideológicos, ou recortes da questão, pulverizam os esforços e não se pode dizer que há uma atuação forte, em rede temática.

Ainda assim, pela força do papel militante e das convicções apresentadas é um setor que traz interessantes argumentos sobre a segurança climática do Planeta e sobre os desafios da sustentabilidade. Para este setor, é o desenvolvimento sustentável que trará as soluções de médio e longo prazo para os desafios colocados pelas mudanças climáticas. Estão neste setor os depoimentos mais pessimistas e mais críticos. No entanto, é também neste setor que se apresentam os esforços mais engajados no sentido de promover as chamadas energias limpas, associando processos tecnológicos de escala ou alternativos, a processos de inclusão social.

Em quarto lugar, lembrando que estamos indo na direção do menos para o mais consistente em termos de informação e engajamento (não necessariamente de influência) se posiciona o setor empresarial. A contribuição específica desse setor é analisar os custos da transição energética, o custo em termos de investimentos e de competitividade dos negócios e produtos brasileiros e sugerir os instrumentos legais e financeiros compatíveis.

O empresariado ouvido na amostra tem plena consciência de seu papel, pois, no limite, o fenômeno das mudanças climáticas desafia os setores econômicos a se adaptarem à nova matriz (menos intensiva em energia e menos emissora dos gases do efeito estufa). Para este setor, não se faz mudanças nos padrões de produção e consumo sem a sua participação. Eles reconhecem que o problema é mundial e que regulações e adaptações não podem ser iniciativas individuais. Para surtirem efeito, elas têm que partir de um setor inteiro, têm que ter impacto local, nacional e global. Este setor é o que mais levanta dúvidas sobre o Brasil adotar metas de redução de emissões. Naturalmente, essas dúvidas têm por base o receio de perder competitividade.

Em quinto lugar, como um dos setores mais orgânicos e mais bem informados, identificamos os agentes governamentais, distribuídos em ministérios e posições que têm o, poder de formular e tomar decisões. Este setor concorda com a posição manifestada pelos demais, de que é o governo quem deve liderar o processo de articulação, de formação de consenso, capaz de engajar a sociedade brasileira mais fortemente no combate aos efeitos das

mudanças climáticas. Embora façam parte do aparelho de estado, criticam fortemente a morosidade com que o próprio governo vem atuando na questão, falsamente dividido entre o “dilema do crescimento” e o “dilema da preservação da Amazônia”.

Este é o setor que mais insiste na percepção de que há um excessivo foco sobre a Amazônia, e o mais otimista, depois dos empresários, na oportunidade que o Brasil tem de ser o maior produtor de biocombustíveis do mundo. Este setor foi o mais crítico sobre a questão dos transportes que considera estrutural, fortemente ancorado em interesses econômicos difíceis de serem convertidos. Para esse setor o verdadeiro problema está nas cidades, no padrão de organização e consumo, na indústria automobilística e na matriz de transportes adotada pelo Brasil. O setor acredita que em breve será editada, por iniciativa do governo, uma política nacional do clima e que é na sua regulamentação que se verá qual o nível de sacrifício que a sociedade brasileira está disposta a fazer.

Por último, posicionamos o setor científico como o mais consistente e preocupado. Isso se deve em parte à própria natureza do setor que não só possui informação altamente qualificada, mas também pela característica dos amostrados: todos os cientistas ou pesquisadores que atuam direta ou indiretamente ligados à questão, ocupando posições estratégicas. Como era de se esperar, o setor científico sabe da sua importância como fonte de conhecimento e validação das teses que vêm sendo difundidas sobre mudanças climáticas. Ainda assim, e embora tenham reafirmado a importância e gravidade do tema, não se consideram pessimistas. Achem que o país está equipado, tem corpo técnico e de cientistas suficientes para lidar com os problemas mais emergenciais. Ressentem-se, contudo, da falta de uma política de desenvolvimento científico e tecnológico que expresse a preocupação com o tema das mudanças climáticas. Lembram que doutores e pesquisadores precisam de tempo para formar-se e começar a aplicar seus conhecimentos.

De um modo geral, os cientistas e pesquisadores amostrados são entusiastas da possibilidade de o Brasil vir a se tornar um grande produtor de biomassa e de biocombustíveis. Eles são os mais fortes defensores do Brasil como “potência ambiental”. Para eles, temos território e biodiversidade suficientes para despontarmos como uma grande economia de baixo carbono. Precisamos, contudo, valorizar a biodiversidade e traduzi-la em produção não só de *commodities* ambientais, mas em biotecnologia de alto valor agregado. O sonho do setor é colocar sua base de conhecimento a serviço de um modelo de desenvolvimento sustentável que acham viável e possível para o país.

Parlamento (-)	Mídia	ONGs	Empresários	Técnicos gov.	Cientistas (+)
-------------------	-------	------	-------------	---------------	-------------------

(o diagrama mostra a gradação, do menos para mais, da consistência encontrada nos setores)

PRESENTATION

This report presents the results of the “Opinion Poll on Climate Change in Brazil” that the British Embassy in Brazil commissioned to the Institute of Religious Studies (ISER).

The general purpose of the poll was to collect and systematise opinions of key influencers from seven sectors in society: media, parliament, civil society, non-governmental organizations, universities and research institutes, the business sector and government agencies.

The poll is characterised as a study of perception: it explores the level of information, engagement, prevailing views and perceptions of 210 leaders, 30 in each selected sector, on climate change and other related matters. It also indicates the directions to go to develop programmes and which actions to take in Brazil.

The poll is predominantly qualitative and used the in-depth interviewing technique with a semi-structured script. Each personal interview lasted around 50 minutes. The study was carried out in several towns and cities in Brazil between January and May this year (2008).

The first part of the report offers an analytical summary, comparing all sectors and highlighting the results of the survey; the second part provides individualised analyses of each sector, introduced by a summary; and the third part addresses the general conclusions of the study, followed by a technical comment on the methodology and other procedures adopted.

INTRODUCTION

The objectives of the study were to inquire, systematise and organise information and opinions obtained from the target public (key influencers) in order to:

- 1) Learn more about the overall target public, including understanding of opportunities, adaptations and restraints imposed by climate change on the country's development;
- 2) Understand the personal and institutional involvement of people recognised as influencers to combat climate change, and their perceptions of the responsibilities, barriers and opportunities to deal with the subject;
- 3) Obtain complementary information about concerns, hopes and proposals that may support programmes, projects and policies on climate change in the country.

- The topics addressed by the poll were as follows:
- Principal challenge of humanity and Brazil in the next 20 years;
- Principal environmental challenge in the next 20 years (worldwide and Brazil);
- Degree of concern and gravity attributed to the problem of climate change;
- Knowledge of the issue (causes and effects);
- Opinion about the impact of climate change on the economy and prospects of socioeconomic development;
- Opinion about the impact of climate change on the interviewee's work sector;
- Brazil's responsibilities before the world;
- Contribution of sectors and players in reducing emissions;
- The importance of renewable energies (discussion on the energy matrix);
- Identification of key-influencers and the role of individuals in furthering consciousness and mitigation;
- Knowledge of mitigation/adaptation actions and programmes at home and abroad;
- Knowledge of how the subject is addressed abroad.

SUMMARY

A major conclusion of the study is that climate change is on the agenda of social and government players. No sector among the selected seven (scientists, business sector, NGOs and civil society, media, government and members of parliament) denied the extreme importance of the topic or affirmed that the phenomenon of climate change must not be addressed as one of the most important and strategic issues of our time. The problem emerged in the 1990s and even more consistently in the past five years. The recent consciousness that the so-called "global warming" and "greenhouse gases" (terminology at that time) have been showing drastic change in the climate system of the planet began with Rio-92. The majority consider that it was the UN Conference on Environment and Development held in Rio de Janeiro, which put Brazil, as signatory to the Climate Convention and Kyoto Protocol, on the map right from the start. They do, however, admit that it was the Stern Report (2007), IPCC Report (2008) and the documentary with Al Gore – An Inconvenient Truth – widely disseminated in Brazil, which called attention to a factor that few contest: the phenomenon of climate change is now felt to be not so remote a problem (the current generation). Consequently, all societies have to cooperate and find a model of governability to deal with the question.

How each segment of Brazilian society deals with the matter depends on the nature of the segment itself (with more or less information), its closeness to pertinent topics and subjects (organic to a greater or lesser degree); the interviewee's own background and insertion (with more or less skills), and on the topic's importance to each of the 210 leaders interviewed. Almost all of them claimed to be concerned beyond their professional interest or career, as individuals and citizens. We find a strong presence of supported opinions, reasonable control of the topic and keen motivation to learn more in every sector.

The main conclusions, guided by the list of principal topics studied are as follows:

- i. Absolute majority of the interviewees agree with the scientific view that climate change will have a strong impact and affect everyone, especially the poor population.

- ii. The watershed in forming a firm opinion on the matter was the data of the latest IPCC Report (Intergovernmental Panel on Climate Change, 2008) widely announced by the media and Internet and the data was analysed at various forums. The interviewees said that the overall evidence of the planet's climate change is consistent and they can no longer ignore the possible effects this has on the economy and development processes in progress.
- iii. Nearly all interviewees name the phenomenon of "global warming" or "climate change". Practically none of them referred to the problematic using the common terminology used in the United States and Europe – climate security.
- iv. Leaders believe that they have still little information about the question of climate change and most consider themselves highly motivated to learn more about the problem.
 - v. Most of the interviewees believe that climate change is a major problem for their sector or working area, and may affect policies, consumption and business. They believe that the tendency will be to regulate activities with emissions, and they are concerned with the impact of this type of measure on the economic competitiveness of Brazilian goods, as well as with the kickback on adopted price policies. The general opinion is that "energy transition has a price" and no one knows who will pay the bill.
 - vi. Influencers mention that the key challenge for humanity and Brazil in the next 20 years is to address the environmental and social issues at the same time. In their opinion, it is impossible to separate, since poverty leads to predatory practices. When addressing the environmental issues, the main points are climate change and the need to protect water resources; when addressing social questions, the prime need is to fight against poverty and reduce inequalities.
 - vii. In every sector, we heard criticism against the current development model considered unsustainable, principally because it is "fossil fuel" based. The current consumer model was also widely criticised, inspired on the "American model"; the interviewees consider that reviewing production and consumer standards is an issue that can no longer be postponed if we decide on how civilisation has to seriously fight against the challenge of climate change.
 - viii. All sectors consider that the deforestation/burnings binomial is mostly responsible for the increasing climate change. In second place, they pointed to vehicle sources and criticised the highway model adopted by Brazil in the 1960s and 1970s. In third place, they mentioned industrial activities, pointing to such "villains" as the oil industry, mining and chemical industries and agribusiness.
 - ix. The absolute majority believes that Brazil's responsibility before the world to combat climate change is concentrated in four actions: 1) to curb deforestation of the Amazon; 2) review the transport matrix; 3) not to stain the Brazilian energy matrix considered clean, compared to other countries; and to 4) develop biofuels, which may be a "valuable contribution" to the energy transition that the countries shall face in the next few decades.
 - x. Only a minority in all sectors surveyed considers that Brazil must not yield to impositions from outside, and that the moment now is to negotiate benefits for the country, since preserving the Amazon "is costly". They believe that Brazil is entitled to develop, and like China and India, should not pay the price as the developed countries would like and that squandered their own resources in the past. In other words, they believe that Brazil must receive resources to protect the Amazon.
 - xi. Practically every interviewee was concerned with the future of the Amazon, where they discern our "problem and solution". Curbing deforestation is a problem, since it means changing the land use model in the region, considered vast and diverse. They believe that the Amazon is not only important for the world but also for Brazil; the question is to prove to the economic agents that the forest standing is worth more than felled to produce timber, cattle or soybean.
 - xii. The absolute majority of the interviewees stated that it is possible to combine economic growth with reducing emissions; in other words, not to worsen climate change even further. However, they do say that it is the Amazon transport challenge and solution, mainly in the large cities, which will set the pace. Industrial plants in general, and because there is the question of competitiveness, will eventually adapt to the regulations, and the carbon credit market shall offer instruments to do so; with the exhaustion of mechanisms created by the Kyoto Protocol, a new generation of instruments should emerge and the market quickly respond.
 - xiii. A minority, however, also in every sector, was doubtful about the combination. They believe that the problem lies in the development model, still based on fossil fuels: the energy transition does not happen overnight, and moreover, comes up against the strong economic interests of the oil companies and associates; they also mentioned that the consumer model adopted by most countries is unsustainable, and that there is no sign that

the countries with a high per capita energy consumption, such as the USA, for example, are ready to make the sacrifice.

- xiv. Biofuels are, in the opinion of most interviewees, a “window of opportunities” for Brazil as long as the parameters of this production are regulated within a sustainability benchmark. The interviewees talk enthusiastically about Brazil’s chance to contribute to the world, not only with ethanol but also with a “low carbon biomass economy”. These enthusiasts believe that Brazil has land, technology and the support of its elites. Nevertheless, they criticize the “family agriculture” model, saying that in order to become the largest biofuel economy, we need scale and not a “social project” with land reform settlers.
- xv. Most interviewees claimed not to be “specialists” but did say they accompanied the international discussion by the UN member countries at the meetings of the Parties Convention every two years. The main sources of this follow-up are the Internet and newspaper and television news. Many claim to have read specialised magazines and documents also provided by the Internet. A minority very closely accompany it as negotiators, consultants or members of the Brazilian delegations. The opinions of this more specialist minority are divided between a group that considers Brazil to be little involved, acting wrongly, and the other that thinks that Brazil is well, has a clean matrix, ethanol and that the Amazon is the only problems that we should really confront.
- xvi. The majority of those who closely accompany the battle of the negotiations at the preparatory and official meetings criticised the attitude of the USA, rating the non-alignment to the Kyoto Protocol since 1997 as an “historical faux pas”. They believe that this attitude should change with the new US elections and that the major problem will be China, since it is gigantic and has a dirty production model (coal-based).
- xvii. A minority considering all sectors said that they had accompanied the Bali Conference and expressed disbelief in the efficiency of this kind of meeting, saying that the mechanisms are “old” and “inoperative” for the pressing needs of the climate issue for the world. A large number, however, said that, nevertheless, “there has been progress” and that the agenda is set for 2009. The rest consider that the countries are very unequal and it is necessary to negotiate, since the phenomenon of climate change will affect the countries differently. They think that the responsibilities are “mutual, but differentiated”.
- xviii. For a large number of the interviewees, Brazil has been wrongly ignoring the chance of leading an important project, becoming leader of the emerging countries. The country has perfect conditions to do so since it is an “environmental power”. The majority are unaware of the proposal that Brazilian diplomacy presented in Bali on avoided deforestation, and whoever said they were aware criticised the proposal by considering it difficult to put into operation; even those who were in favour of the proposal consider that there is need to enhance it.
- xix. All interviewees consider that Europe is in the forefront in terms of reduction goals and adaptation and mitigation programmes, but most could not mention the names or details of the programmes. Individually, the countries most mentioned were Germany, Holland and Denmark; the most criticized were the China, Russia and the USA.
- xx. The absolute majority of the interviewees believe that who must lead Brazil’s engagement process inside and outside Brazil is the government. This is a “state task”, they said. Once the government gives signs to society that it is taking the matter seriously then the other players tend to get involved. After the government, the business sector, civil society and media followed, in that order. They also said that the country needs a technological development project focusing on producing clean energies. What the government must do to show its intentions is to approve a national policy on climate and discuss its implementation with all sectors.
- xxi. Most interviewees appeared personally worried about the possible outcomes and dismal scenarios raised by the question of climate change. They believe that it is “the greatest challenge ever” and are concerned as persons, professionals and leaders who must take decisions. Nevertheless, they reject the “apocalyptic” or catastrophic tone that usually prevails in the headlines or in the more militant forums. They believe that the “pedagogy of fear” is paralysing or may lead to unpredictable attitudes such as “make the most of today for there may be no tomorrow”.
- xxii. Lastly, the key influencers interviewed consider that humanity has already faced other tremendous challenges in the past and that cooperation against climate change should be just round the corner. Although they acknowledge that there is no scientific and technological basis for dealing with all the complexity of the climate change phenomenon, they are optimistic towards the possibilities of “reversing the phenomenon”. Some of the interviewees, also in every sector but fewer in number, talked about the need to consolidate an ethical base and call upon not only the economic forces but also the spiritual energies of humankind, since we are undoubtedly living in one of the most critical periods in the history of the planet and humankind.

POSITIONING THE SECTORS

The selected sectors are divided, in terms of their opinions on climate change, in two distinct groups: one consisting of more informed and involved individuals; and the other more reticent, with less information or with other stated priorities.

In each sector, however, there was awareness of “their role” and their specific contribution in the constellation of forces that Brazil must assume.

In terms of consciousness and the most consistent engagement, we found the members of parliament representing the sector to be in the weakest position. The national congress admits that it still does not give due importance to the climate issue. The members of parliament believe that this is because the Executive has not yet taken a stance. They consider that “without society and government, parliament can do very little”.

Media follows closely in their wake. Although the communication professionals acknowledge their role in forming opinions and encouraging consciousness, they are communicators, an echo chamber, rather than information producers. Moreover, they are hostage to the logic of news, which feeds on novelty and sensational events. Even so, most interviewees personally feel mobilised and believe that the problem is being given increasing space in the sector, a trend that should last. They also believe that, just as specialised journalism emerged on environmental questions, the same should occur with climate change.

The NGOs and third sector associations together come in third place. In these segments, we find a huge heterogeneity of active and engaged profiles. They range from represented professional associations or consulting firms to militant organisations active in the climate change issue. The first thing to note is that there are not many organizations addressing the topic systematically, or that are specialized in it. Secondly, the different registrations scatter the efforts and it seems that there is no close thematic networking. Nevertheless, through the force of the militant role and stated convictions, the sector offers interesting arguments about the planet’s climate security and challenges of sustainability. The opinion of this sector is that sustainable development will bring mid and long term solutions for the challenges raised by climate change. This sector has the most pessimistic and most critical opinions. However, this sector also shows the most institutionalised efforts to promote the so-called clean energies, associating technological progress of scale or alternatives with processes of social inclusion.

In fourth place is the business sector and remember that we are moving from the least to the most consistent in terms of information and engagement (not necessarily influence). This sector’s specific contribution is to analyse the costs of energy transition, cost in terms of investments and competitiveness of business and Brazilian goods, and suggest compatible legal and financial tools. The interviewees from the business sector in the poll are fully aware of their role, since the borderline is that the climate change phenomenon challenges the economic sectors to adapt to the new matrix (less energy-intensive and with fewer greenhouse gas emissions). This sector believes that there is no change in production and consumer patterns without the sector’s participation. They recognize that the problem is worldwide and that regulations and adaptations cannot be individual initiatives. To be effective, they have to come from an entire sector and have local, national and global impact. This sector raises doubts about Brazil adopting goals for reduced emissions. Of course, these doubts are based on reluctance to lose competitiveness.

In fifth place, we find the government agents distributed in ministries and positions to be one of the most organic and best-informed sectors, and have the power to formulate and take decisions. This sector agrees with the view expressed by the others that the government must lead the coordination process, forming a consensus that can more strongly engage the Brazilian society against the effects of climate change. Although they are part of the state apparatus, they fiercely criticise the slowness with which the government has been addressing the issue, mistakenly divided between the “dilemma of growth” and the “dilemma of preserving the Amazon”. This is the sector that most insists on perceiving that there is too strong a focus on the Amazon, and the most optimistic, after the business sector, about Brazil’s opportunity to be the largest biofuel producer in the world. This sector was the most critical regarding the question of transport that it considers structural, firmly anchored in stubborn economic interests. In the opinion of this sector, the real problem lies in the towns, organisation and consumer pattern, the car industry and transport matrix adopted by Brazil. The sector believes that the government, on its own initiative, will soon announce a national climate policy, and then we will see in its provisions how far Brazilian society will go to make the sacrifice.

The scientific sector as the most consistent and concerned comes last. This is partly due to the very nature of the sector, which not only has highly qualified information but also by the characteristic of the interviewees: all are scientists or researchers that directly or indirectly work with the issue, occupying strategic positions. As was to be expected, the scientific sector knows how important it is as a source of knowledge and validation of the theories published on climate change. Even so, although they have reaffirmed the importance and gravity of the topic, they do not consider themselves pessimistic. They believe that the country is equipped, has a technical body and enough scientists to be able to deal with the most pressing problems. They resent, however, the lack of a scientific and technological development policy that expresses concern with climate change. They recall that specialists and researchers need time to learn and apply their knowledge. In general, the interviewed scientists and researchers are enthusiastic about the possibility of Brazil's becoming a major biomass and biofuel producer. They are the strongest champions of Brazil as an "environmental power". They consider that it has enough land and biodiversity to become a major low-carbon economy. We need, however, to valorise biodiversity and translate it not only into production of environmental commodities, but also into high value added biotechnology. The sector dreams of placing its knowledge base at the service of a sustainable development model that they find feasible and possible for the country.

Parliament members (-)	Media professionals	NGO'activists	Businessmen	Government managers	Scientific sector (+)
---------------------------	---------------------	---------------	-------------	---------------------	--------------------------

(the diagram above shows the information and engagement level found amongst all surveyed sectors)

RESULTADOS DA PESQUISA

INTRODUÇÃO

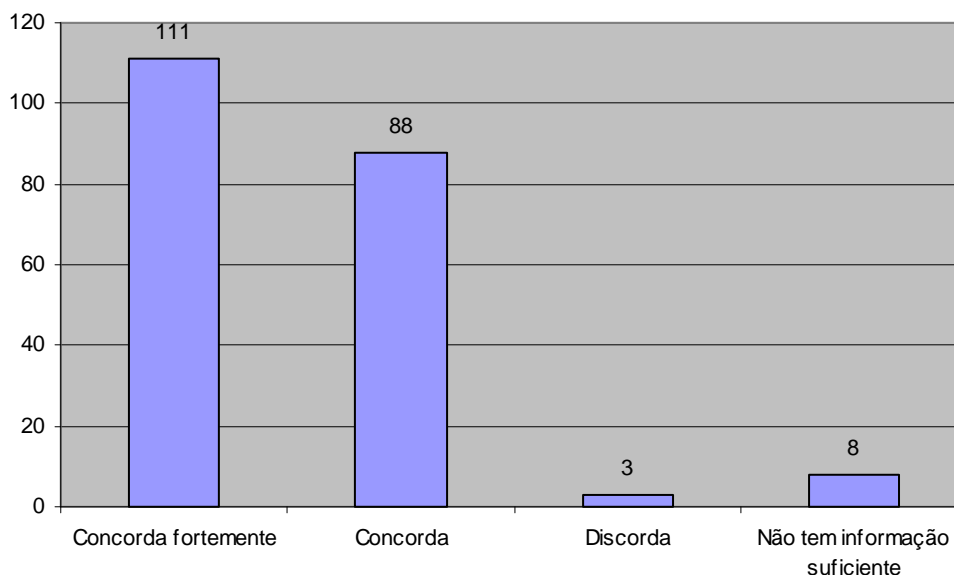
O roteiro aplicado junto aos públicos-alvos selecionados contemplou 9 questões estruturadas.

Os tópicos seguintes fornecem os resultados obtidos nas tabulações acrescidos dos comentários pertinentes.

MAIORIA CONCORDA COM A VISÃO CIENTÍFICA DE QUE O IMPACTO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS SERÁ GRANDE E AFETARÁ TODO MUNDO

Como podemos ver na tabela e no gráfico abaixo, 52,9 % dos entrevistados concordam fortemente com a proposição da visão científica de que as mudanças climáticas vão afetar todas as sociedades humanas. Se somarmos os que concordam fortemente com aqueles que apenas “concordam”, temos a maioria absoluta de 94% dos entrevistados com esta crença contra uma minoria de 1% que discorda e 3,8% que afirma não possuir informação suficiente para ter uma opinião. Ou seja, 199 entrevistados contra 11 acreditam na gravidade do fenômeno das mudanças climáticas.

Cientistas sustentam que o fenômeno das mudanças climáticas causará grande impacto na vida de todas as sociedades humanas. O (A) senhor(a) concorda com essa visão?

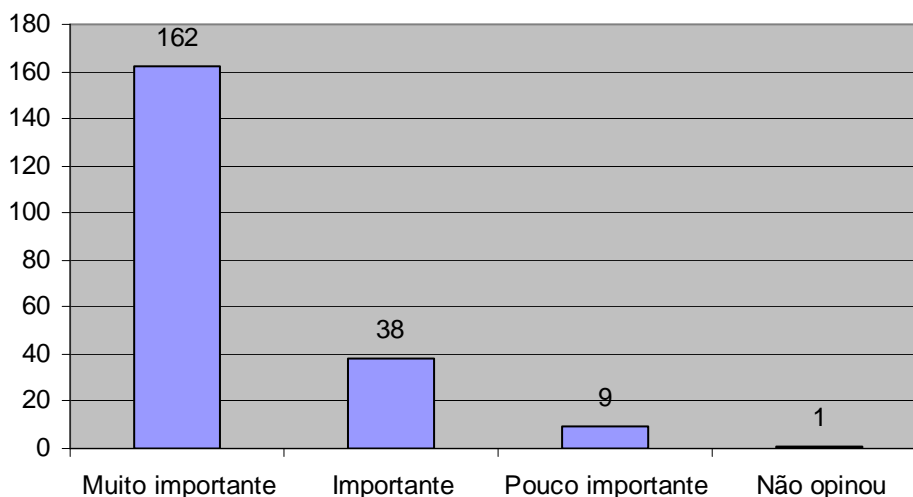


(Fonte: Trabalho de campo janeiro-maio/2008)

MAIORIA CONSIDERA QUE AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS CONSTITUEM PROBLEMÁTICA MUITO IMPORTANTE PARA SEU SETOR OU ÁREA DE ATUAÇÃO

Apenas uma minoria, 9 entrevistados em 210, constituindo 4% da amostra, disse que as mudanças climáticas não têm importância para o seu setor ou área de atuação. A maioria dos entrevistados disse ser muito importante (77,5%) ou importante (18,2%). A ênfase no “muito importante”, entre três opções, revela a preocupação das lideranças e a sua visão de que o fenômeno impactará sua atividade ou área de atuação.

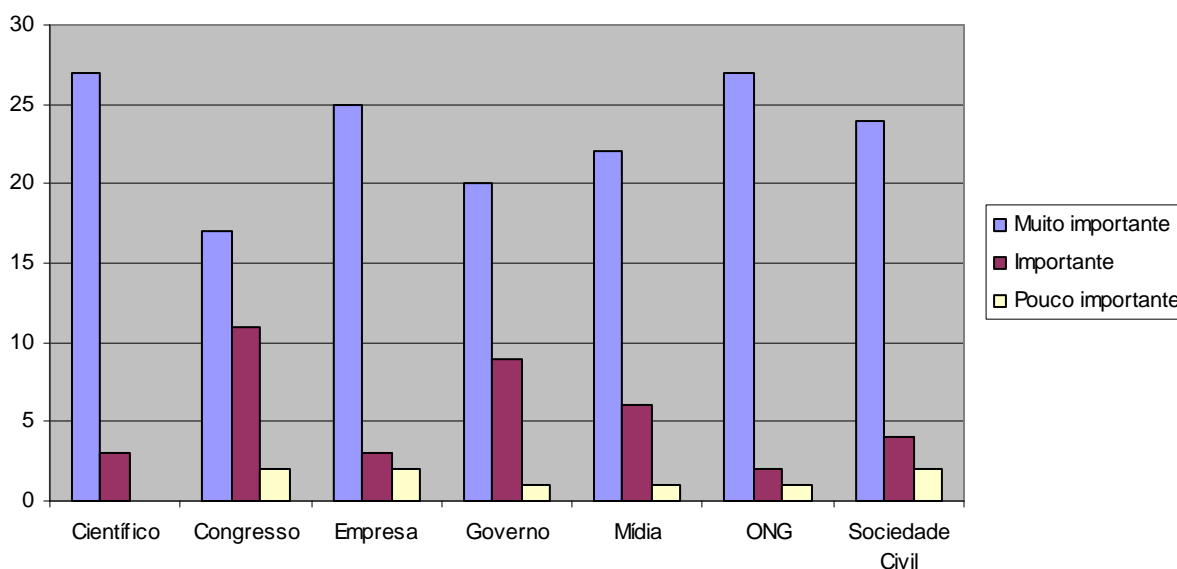
Essa problemática é para o seu setor ou área de atuação:



(Fonte: Trabalho de campo janeiro-maio/2008)

Observamos que, ao distribuir os entrevistados por setor, mantém-se a tendência de a maioria dos setores darem igualmente alta importância ao tema: o menor número de atribuições “muito importante” está no setor do congresso, com apenas 17 menções, e os maiores estão com ONGs e empresas, respectivamente 27 e 25 menções.

Importância dada ao tema no setor de atuação



(Fonte: Trabalho de campo janeiro-maio/2008)

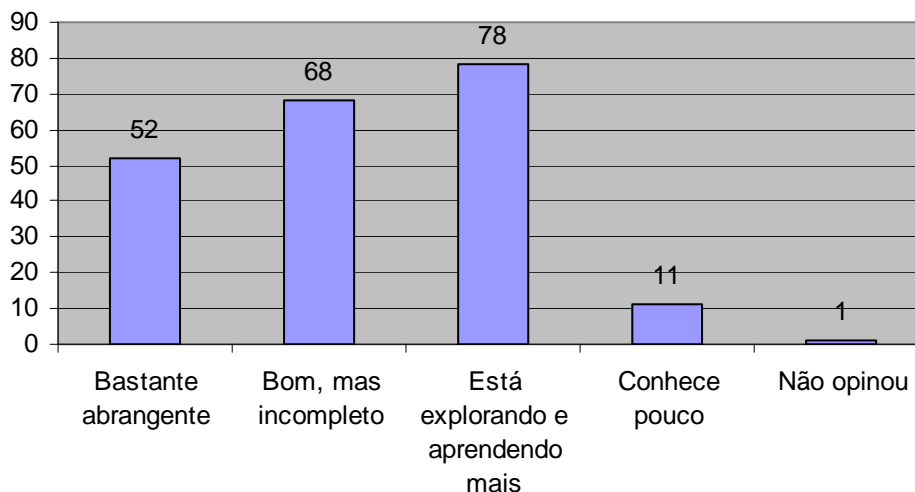
LIDERANÇAS CONSIDERAM QUE AINDA CONHECEM POUCO O TEMA DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Indagados sobre como consideravam seu conhecimento sobre as mudanças climáticas, a maioria disse “estar explorando” ou conhecer pouco: 43%. Uma terça parte (32,5%) disse ter um conhecimento bom, mas incompleto e apenas 25%, ¼ da amostra, alegou ter um conhecimento abrangente. A resposta predominante leva à conclusão de que é necessário e oportuno empreender ações de comunicação que visem melhorar esse conhecimento entre as nossas lideranças.

Quando declinaram as fontes de informação mais utilizada (apenas uma minoria o fez), foi citada como principal fonte seminários, palestras, simpósios e debates. A segunda fonte de informação mais citada foi a televisão. Em 210 entrevistas, o livro de autoria de Al Gore, “Uma Verdade Inconveniente” foi citado por 10 entrevistados.

Outras menções a livros foram pulverizadas entre “Os Senhores do Clima”, de Tim Flannery, “Colapso”, de Jared Diamond, “Eco-economy”, de Lester Brown, “Cool it”, de Bjorn Lomborg, “Climate change” de Robert Henson, “Um sopro de destruição”, de José Augusto Pádua, e “A terra gasta – a questão do meio ambiente”, de Luis Paulo de Menezes. Alguns entrevistados indicaram as obras completas de autores como James Lovelock e José Marenga. Outros se referiram a publicações editadas pela Embrapa e revistas científicas internacionais.

Você considera que o seu conhecimento sobre as mudanças climáticas é:

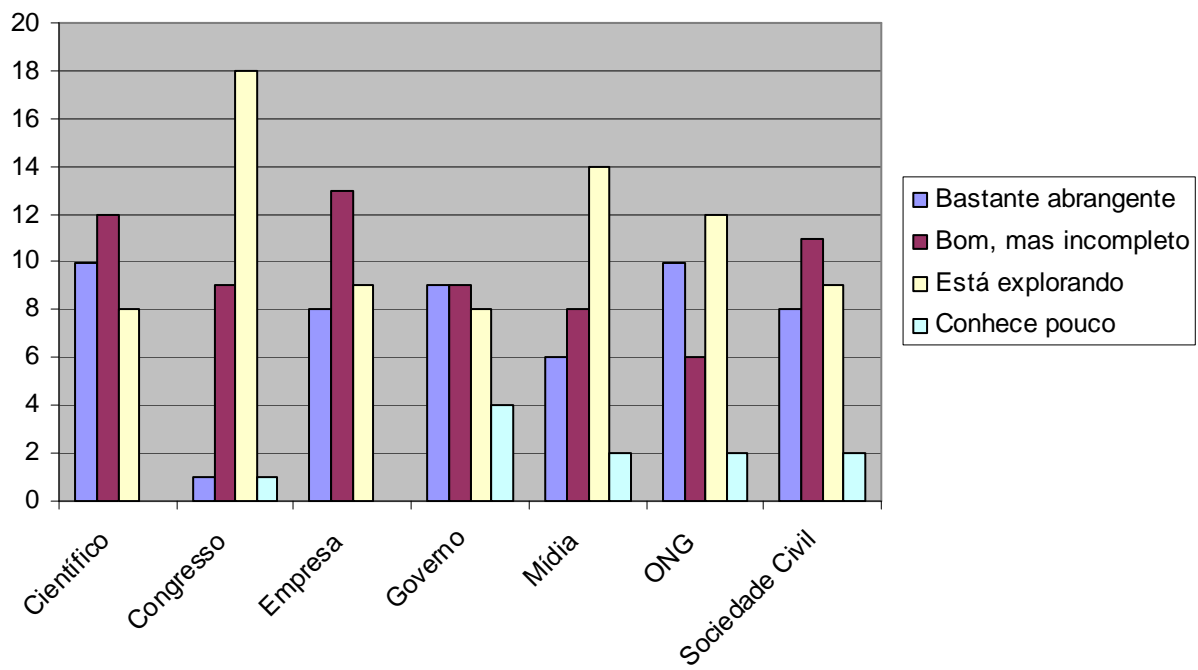


(Fonte: Trabalho de campo janeiro-maio/20080)

Quando distribuimos os resultados por setor, novamente chama a atenção o baixo número de congressistas que diz ter conhecimento abrangente – apenas 1

É também neste setor que temos o maior número que se auto-classificou como “exploradores”. Se somarmos o conhecimento bastante abrangente com o bom, mas incompleto, temos que o setor que se apresentou mais consistente é o científico, seguido pelo empresariado e governo.

Nível de conhecimento por setor

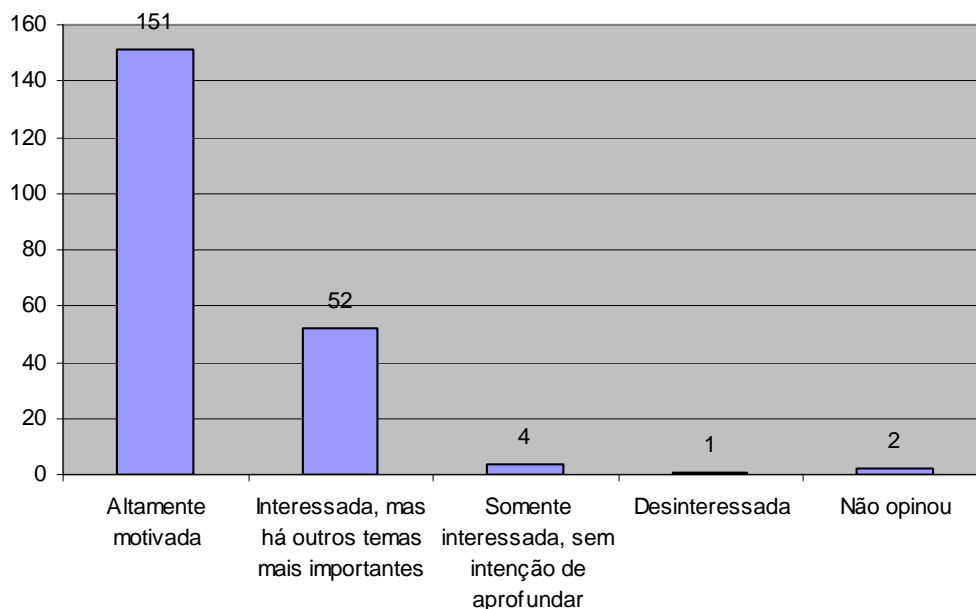


(Fonte: Trabalho de campo janeiro-maio/2008)

MAIORIA SE CONSIDERA ALTAMENTE MOTIVADA A APRENDER MAIS SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Convidados a se posicionar diante de três opções, com relação à motivação, a maioria dos entrevistados se auto-classificou como “altamente motivada a aprender mais” (72,6%). ¼ da amostra, no entanto, afirma ter interesse mas estar investindo em temas mais importantes no momento (25,0%). Somente 1 entrevistado afirmou não ter interesse no assunto e 2 não quiseram opinar nessa questão, o que nos leva a somar a recusa ao não interesse.

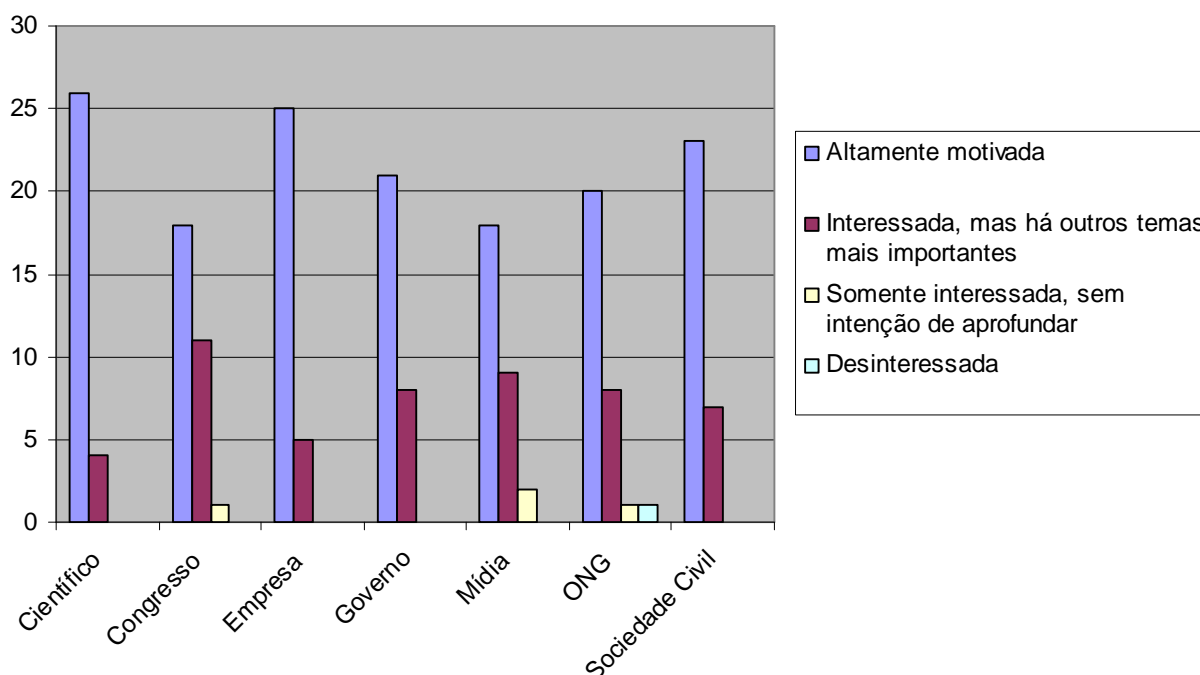
Nível de motivação para aprender sobre as mudanças climáticas



(Fonte: Trabalho de campo janeiro-maio/2008)

Distribuída a amostra por setor, vemos que há alta motivação em todos os setores em compreender melhor o tema das mudanças climáticas, com menor destaque para o Congresso e maior destaque para o setor científico e empresas.

Nível de motivação por setor



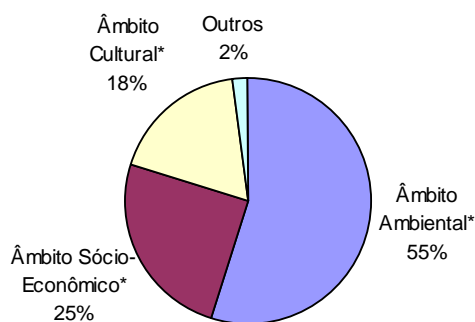
(Fonte: Trabalho de campo janeiro-maio/2008)

LÍDERES APONTAM QUE O MAIOR DESAFIO A SER ENFRENTADO TANTO PELA HUMANIDADE COMO PELO BRASIL, NOS PRÓXIMOS 20 ANOS, ESTÁ NO ENFRENTAMENTO DAS QUESTÕES AMBIENTAIS, COM DESTAQUE PARA AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Perguntados sobre “o maior desafio” a ser enfrentado pela humanidade estimando um período próximo de 20 anos, os entrevistados citaram espontaneamente (pergunta aberta).

Agrupadas as respostas por âmbito, verificou-se que a maioria das questões citadas é da esfera ambiental (55%). 25% dos problemas citados são da esfera sócio-econômica e 18% foram classificados como cultural. Entre os problemas ambientais mais destacados, em primeiro lugar foi apontado o fenômeno das mudanças climáticas.

Qual o maior desafio da humanidade



* *Âmbito ambiental: mudanças climáticas/aquecimento global, sustentabilidade, desenvolvimento sustentável com inclusão social, desenvolvimento equilibrado econômico, social e ambiental, questões ambiental, destruição ambiental, preservação ambiental, água, saneamento básico, energia, mudar/reduzir padrão de consumo e produção, compatibilizar desenvolvimento com conservação. Equilíbrio crescimento x recursos naturais, reduzir emissão de gases, lidar com os limites do planeta, manter o planeta vivo, cuidar melhor do planeta, biodiversidade, conservar a floresta Amazônica.*

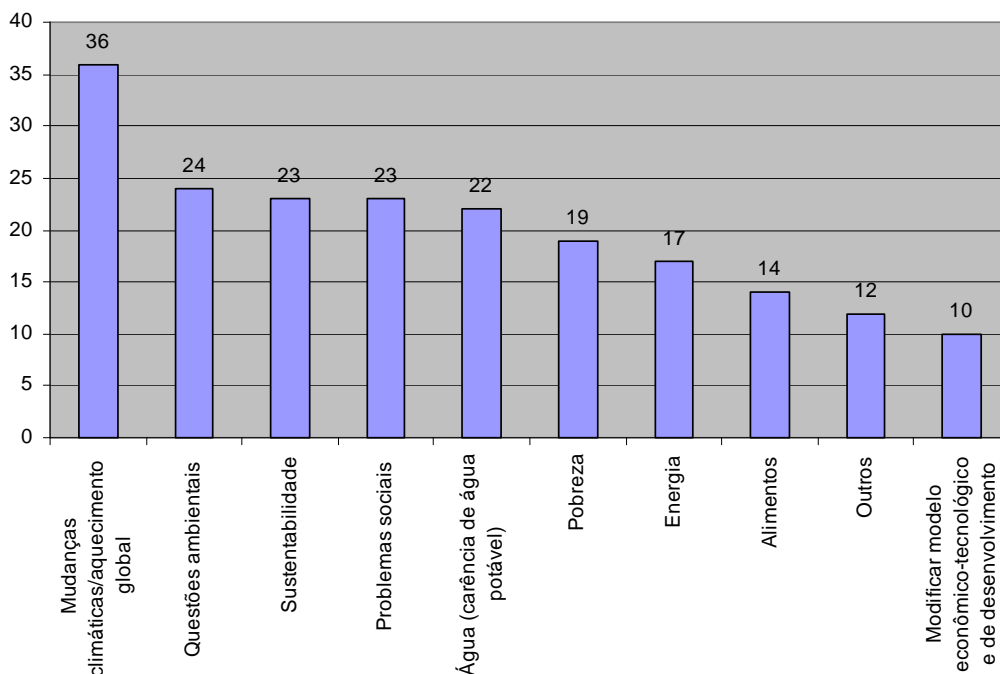
** *Âmbito sócio econômico: desigualdade social, distribuição e geração de renda, problemas sociais, pobreza, fome, produção de alimentos, aumento da eficiência agrícola, combate às doenças, epidemia, saúde, modificar modelo econômico-tecnológico, mudança do modelo, reverter modelo de desenvolvimento, desequilíbrio do modelo de desenvolvimento, inclusão social, Brasil passar a ser país desenvolvido*

*** *Âmbito cultural: corrupção, educação, consciência, sobrevivência humana, mitigação e adaptação, mudança do modo de vida, valores, hábitos, comportamento, religioso, fanatismo, misticismo religioso, terrorismo, violência, solidariedade e diálogo, construção de um mundo de paz, migração, diferenças étnicas*

(Fonte: Trabalho de campo janeiro-maio/2008)

Os mais citados dentre os maiores desafios da humanidade:

Os 10 mais citados dentre os maiores desafios da humanidade:

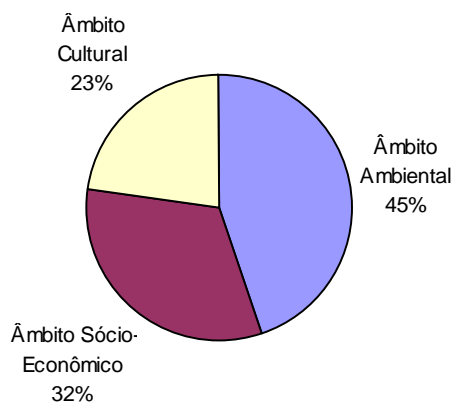


(Fonte: Trabalho de campo janeiro-maio/2008)

No caso do desafio do Brasil, os entrevistados aumentam o percentual de desafios que estão no âmbito sócio-econômico (44,2%) e diminuem a relevância dos problemas ambientais em comparação com a dimensão “humanidade”. Mas ainda assim, 60,8% das respostas agrupadas apontam problemas ambientais como o maior desafio do Brasil nos próximos 20 anos.

Os problemas sócio-econômicos mais destacados foram: desigualdade, má distribuição de renda, e problemas sociais como pobreza e fome.

Qual o maior desafio do Brasil?



* Âmbito ambiental: mudanças climáticas/aquecimento global, sustentabilidade, desenvolvimento sustentável com inclusão social, desenvolvimento equilibrado econômico, social e ambiental, conservar a floresta Amazônica, queimadas e desmatamento da Amazônia, questões ambientais, destruição ambiental, preservação ambiental, energia, água, preservar recursos naturais, reduzir emissão de gases, mudança de padrão de consumo e produção, compatibilizar desenvolvimento com conservação, equilíbrio crescimento x recursos naturais, sobrevivência humana, mitigação e adaptação, reduzir crescimento populacional, biodiversidade, lidar com limites do planeta, manter o planeta vivo, cuidar melhor do planeta, saneamento básico

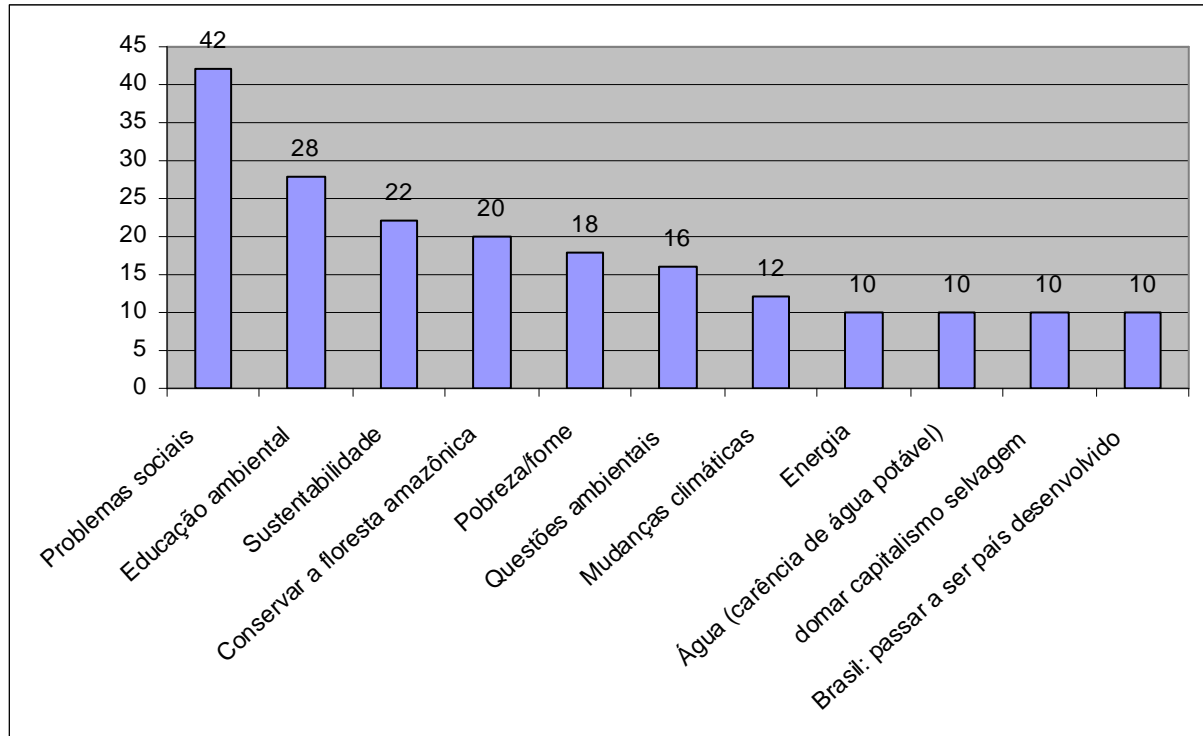
** Âmbito sócio econômico: desigualdade social, distribuição e geração de renda, problemas sociais, pobreza, fome, alimentos, produção de alimentos, aumento da eficiência agrícola, combate às doenças, epidemia, saúde, modificar modelo econômico-

tecnológico, mudança do modelo, reverter modelo de desenvolvimento, desequilíbrio do modelo de desenvolvimento, inclusão social, desemprego, gerar emprego, Brasil passar a ser país desenvolvido

*** Âmbito cultural: corrupção, educação, consciência, questão política, amadurecimento das instituições políticas, moralização política, falta de controle, monitoramento, gestão, mudança do modo de vida, valores, hábitos, comportamento, sobrevivência humana, mudança do modo de vida, valores, hábitos, comportamento, religioso, fanatismo, misticismo religioso, terrorismo, violência, infra-estrutura, impunidade, domar capitalismo selvagem, sociedade democrática, compreensão da visão histórica do mundo, solidariedade e diálogo, construção de um mundo de paz, migração, diferenças étnicas

(Fonte: Trabalho de campo janeiro-maio/2008)

Os mais citados dentre os maiores desafios do Brasil (a partir de 10 citações):

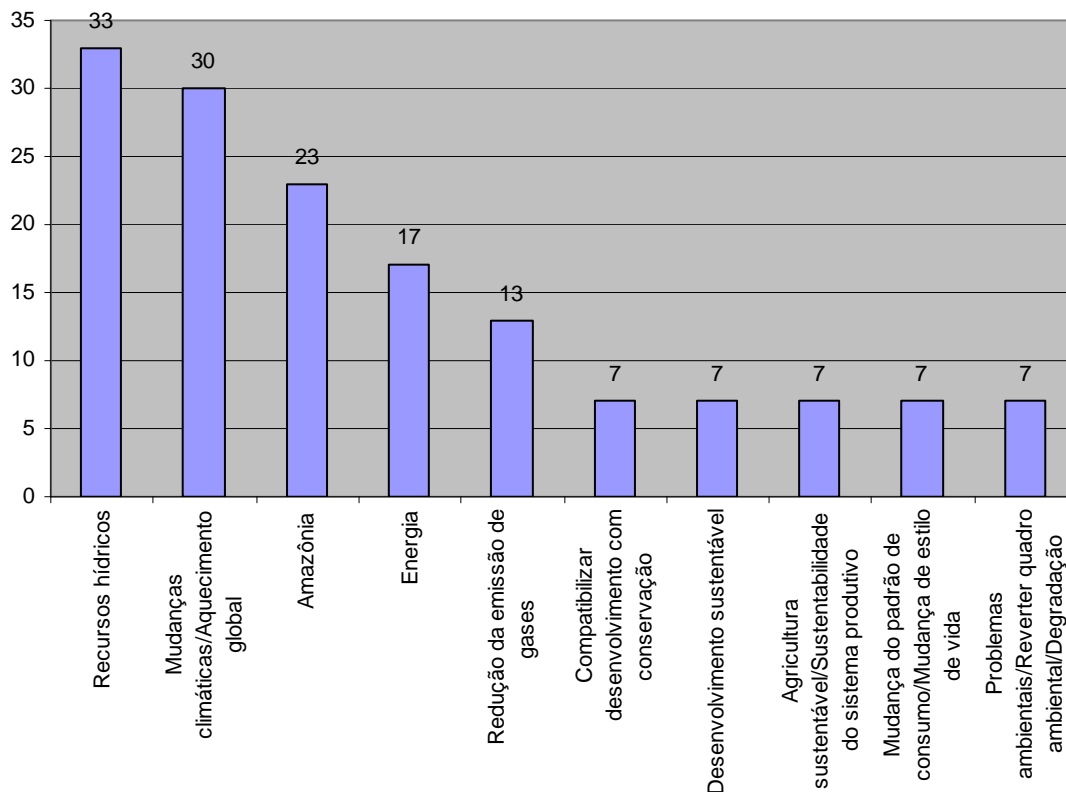


(Fonte: Trabalho de campo janeiro-maio/2008)

LIDERANÇAS APONTARAM ÁGUA COMO O PRINCIPAL DESAFIO AMBIENTAL E MUDANÇAS CLIMÁTICAS EM SEGUNDO LUGAR

Em uma pergunta que permitia que cada entrevistado citasse até três problemas, o problema dos recursos hídricos foi o mais destacado com 33 menções. Mudanças climáticas vieram a seguir com 30 menções, como mostra o quadro abaixo. As demais citações estão pulverizadas numa série de outros problemas com a Amazônia e a questão das energias alcançando respectivamente, 23 e 17 menções.

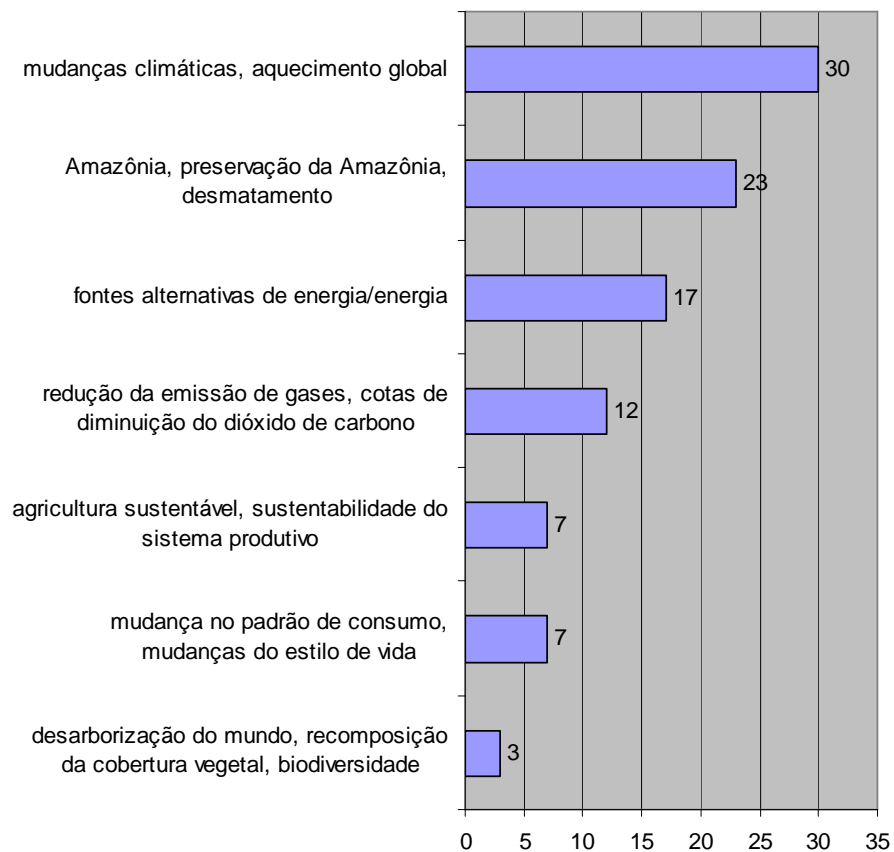
Os mais citados dentre os maiores desafios ambientais (a partir de 7 citações)



(Fonte: Trabalho de campo janeiro-maio/2008)

Se fizermos uma seleção de todas as questões relacionadas às mudanças climáticas (por exemplo, preservação da Amazônia, energia, etc.) veremos que a relevância desse tema aumenta significativamente o gráfico abaixo:

Freqüência de menções a assuntos relacionados às mudanças climáticas como maior desafio ambiental



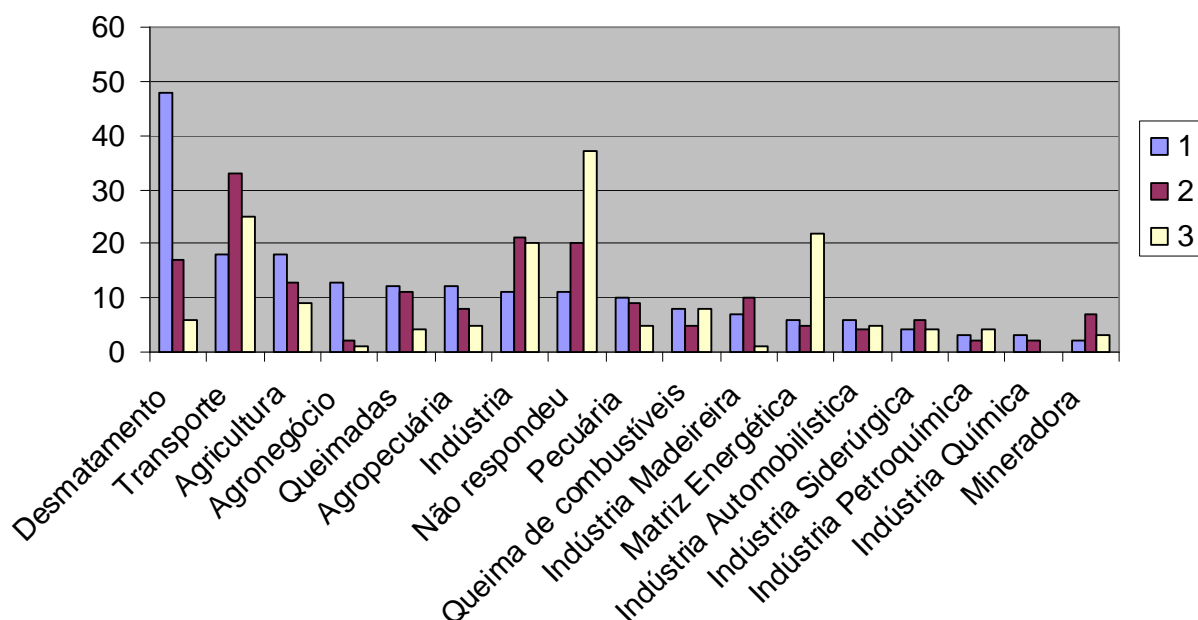
(Fonte: Trabalho de campo janeiro-maio/2008)

PARA LÍDERES O TRANSPORTE, O DESMATAMENTO E AS ATIVIDADES DO AGRONEGÓCIO SÃO AS ATIVIDADES QUE MAIS EMITEM GASES DO EFEITO ESTUFA

Convidados a citar as três atividades que mais emitem gases que afetam a mudança do clima os entrevistados citaram em primeiro lugar o desmatamento. Em segundo lugar o transporte empatado com a agricultura/agronegócio. Mas se considerarmos a frequência de citações, portanto, os primeiro, o segundo e o terceiro lugar, respectivamente, temos que o transporte vem em primeiro lugar nas preocupações verificadas na totalidade da amostra: 76 citações contra 71 citações sobre o desmatamento. Se considerarmos ainda que agricultura e agronegócio podem ser somados, temos em terceiro lugar 56 citações atribuídas a estas atividades.

A seguir mostramos o gráfico com as atividades mais citadas em primeiro (1 - azul), segundo (2 - magenta) e terceiro (3 - amarelo) lugar.

Atividades econômicas no Brasil que mais emitem por ordem de importância



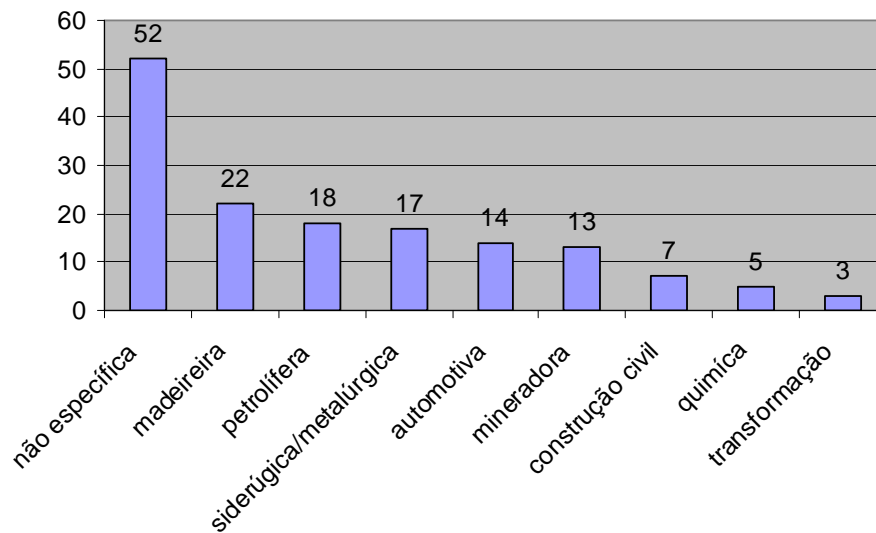
(Fonte: Trabalho de campo janeiro-maio/2008)

Para melhor entender o quadro e o gráfico acima, devemos no entanto considerar o total de menções em cada um dos itens. Aí verificamos que o setor industrial recebe 151 menções (considerando o primeiro, o segundo e o terceiro lugares); o desmatamento empata com o agronegócio em segundo lugar, com 111 menções cada um, enquanto transporte cai para terceiro lugar com 76 menções.

A ATIVIDADE INDUSTRIAL É RECONHECIDA COMO GRANDE EMISSORA DE GASES DO EFEITO ESTUFA COM DESTAQUE PARA AS MADEIREIRAS E PETROLÍFERAS

Agrupando todas as citações sobre a indústria temos 151 menções. Quando o setor aparece especificado, vemos que os destaques principais são para as indústrias madeireira, petrolífera, siderúrgica e automotiva.

Atividades industriais que emitem mais gases de efeito estufa



(Fonte: Trabalho de campo janeiro-maio/2008)

INTRODUÇÃO

Apresentamos a seguir um resumo da análise das entrevistas por setor – mídia, congresso nacional, ONG/sociedade civil, empresarial, científico e governamental. As entrevistas de representantes de ONGs e entidades da sociedade civil foram agrupadas, pois não apresentam posicionamentos distintos e, juntas, representam as opiniões e os posicionamentos do chamado ‘terceiro setor’.

Os resumos extraem as opiniões e visões mais relevantes relativas aos seguintes tópicos sobre os quais os setores se manifestaram:

1. Quando ouviram falar em mudanças climáticas pela primeira vez
2. Nível de conhecimento sobre o tema
3. Nível de motivação para aprender mais sobre a temática do clima
4. Maior desafio da humanidade para os próximos 20 anos
5. Maior desafio do Brasil para os próximos 20 anos/Maior desafio ambiental para os próximos 20 anos
6. Impacto das MC sobre as civilizações atuais
7. Importância do tema mudanças climáticas para o setor
8. Quanto as metas de redução das emissões afetarão as atividades dos entrevistados
9. Barreiras identificadas para o enfrentamento das mudanças climáticas
10. Incentivos identificados para o enfrentamento das questões climáticas
11. Atores com maior responsabilidade no enfrentamento das mudanças climáticas.
12. MC no âmbito internacional
13. Nível de conhecimento e opinião sobre a proposta de "desmatamento evitado."
14. Convenção do clima em Bali
15. Responsabilidade do Brasil frente às questões climáticas
16. Importância das ações individuais
17. Atividades econômicas que mais contribuem para as emissões
18. Compatibilização entre desenvolvimento e enfrentamento da mudanças climáticas

Incluimos, ao final uma tabela-resumo dos 18 tópicos levantados nas análises setoriais. O objetivo da tabela é permitir que o leitor compare as principais posições cruzando todos os setores.

RESUMO

O setor mídia aqui amostrado privilegiou jornalistas e comunicadores da grande imprensa, falada, escrita e televisiva. Procurou-se entrevistar profissionais com carreiras consolidadas e com projeção nacional, regional ou local. Foram ouvidos editores e redatores-chefes, colunistas de jornais diários e repórteres dos principais jornais televisivos que passam em cadeia nacional.

O setor apresenta-se como “generalista”. Frases como: “somos os artesãos da informação”, “a informação chega bruta, complicada, e a gente dá a ela uma forma de notícia, de modo a comunicar melhor” ou somos o “ventríloquo da sociedade”, ou ainda “somos o intermediário” entre a informação científica, técnica ou política e o “cidadão comum”. “Somos canais e não produtores de informação” é a visão que predomina no setor, mostrando que ele encara o seu possível protagonismo apenas como “poder de comunicar”, mas não de produzir informação. Os comunicadores seriam magos da forma e não do conteúdo em si.

Entretanto, além da profissão que exercem, a maioria dos entrevistados se declarou “cidadãos preocupados com o mundo à nossa volta” e, portanto muitas das opiniões não foram “profissionais” (segundo suas próprias palavras), mas de brasileiros que se preocupam com o país e com o mundo.

Em geral mostraram interesse e um razoável domínio sobre os assuntos pautados pela entrevista, especialmente quando as questões demandavam conhecimento mais técnico ou complexo.

Reconhecem que as questões ambientais e em particular o tema das mudanças climáticas, ganharam as manchetes da mídia, e que esta tendência que começou há pouco mais de 2 anos, deverá perdurar, embora “nunca se saiba” e citam o evento de 11 de setembro, nos Estados Unidos, quando as torres gêmeas foram destruídas por um comando terrorista. Quando esse tipo de evento acontece, passa-se um tempo capturado por novos dramas: “pode ser o terrorismo, pode ser a morte da Lady Di”, ou da “menina Isabella” (referindo-se a fato recente que comoveu o país); a mídia tem um compromisso com o dia-a-dia das pessoas, os dramas, e as expectativas são variados. Mas como tendência, “mudanças climáticas vieram para ficar”.

Também chamam atenção para o fato de que novos temas atraem novos talentos e assim como se formou no país um jornalismo científico e depois especializado em questões ambientais, em breve teremos um jornalismo especializado em mudanças climáticas. Para os entrevistados, é uma questão de tempo e de “institucionalização do tema”.

Acham que o assunto ganhou na imprensa internacional e na brasileira, cores e tintas dramáticas, por demais catastrofistas. Para eles, a era idílica do meio ambiente, quando dominavam as imagens de natureza esplêndida e selvagem – típicas do Discovery Channel e National Geographic -- está acabando para o espectador ou para o cidadão comum, as imagens são agora cada vez mais associadas a desastres, degradação, colapso e um deles lembrou o drama recente vivido pela cidade de Nápoles, “afogada no seu próprio lixo, entrando sem mais nem menos em nossas casas na hora do jantar”.

Para eles, “o catastrofismo rende manchetes” e é mais fácil de comunicar, pois pega o cidadão “pelo estômago, não é aí que reside o cerne das emoções?”, nos diz em tom de pergunta um redator-chefe do maior canal de televisão brasileira. Mas há dúvidas, manifestadas pelos próprios entrevistados quanto ao resultado positivo desse tipo de conscientização. “O medo pode paralisar”, nos diz o mesmo autor da pergunta.

Segundo os entrevistados deste setor, os dois maiores desafios da humanidade, nos próximos 20 anos, serão enfrentar os efeitos das mudanças climáticas e distribuir melhor a renda, diminuindo a pobreza e a desigualdade. São os mesmos desafios do Brasil.

Em termos de desafio ambiental específico, citaram em primeiro lugar mudanças climáticas, com destaque para a necessidade de se preservar a Amazônia. Em segundo, manifestaram forte preocupação com a água e a “proteção da

natureza” de um modo geral. O vocábulo “sustentabilidade” foi largamente empregado por todos eles, que dominam o famoso triângulo virtuoso: desenvolvimento econômico equilibrado com o desenvolvimento social e a responsabilidade ambiental.

Metade dos entrevistados discorreu com desenvoltura sobre a necessidade de se promover o desenvolvimento sustentável como a única via que pode levar à redução da emissão de gases do efeito estufa, bem como a uma boa qualidade de vida para a humanidade nas décadas futuras.

A totalidade dos entrevistados concorda com a tese de que o impacto das mudanças climáticas nas sociedades humanas será enorme, no entanto, poucos possuem uma visão catastrófica acerca do futuro da humanidade.

Para que o tema das mudanças climáticas possa ser adequadamente percebido por quem decide e enfrentado, o setor considera que o Estado deva se engajar, o que atualmente não ocorre. Enquanto isso não acontece, prevalecerão interesses comerciais e financeiros, além da falta de consciência da população em geral. Na sua opinião, se o Estado se engaja a sociedade se engaja também e a mídia então faz o seu papel: caixa de ressonância.

Segundo os profissionais ouvidos, a melhor maneira de convencer as empresas, o setor privado, é com regulação e legislação, mas a esfera pública precisa de outras ferramentas: a sociedade em geral precisa de informação qualificada e muita educação ambiental. Aí a mídia pode ajudar: este é um dos principais nichos para que os meios de comunicação possam atuar como “agente dinamizador” dessa conscientização. A maioria considera que o “engajamento individual” é importante, mas não suficiente para mudar padrões coletivos de comportamento.

Parte expressiva dos entrevistados, cerca de 2/3, considera que as questões relacionadas às mudanças climáticas vêm sendo tratadas no âmbito internacional “com muito discurso e pouca ação efetiva”, além de uma parcela intolerável, dada a gravidade do problema, de negligência por parte dos maiores emissores, destacando-se aí os Estados Unidos, muito criticado. A China foi por diversas vezes lembrada como “uma incógnita”, “um país que assusta” por ser um dos maiores emissores e por ter uma matriz de energia suja (a carvão).

Como os maiores emissores também são os que detêm o poder político mundial, o cenário é de incerteza sobre “se teremos tempo”. Tempo aqui é entendido como tempo para nos adaptarmos e iniciarmos os programas de mitigação; quase sempre, o “tempo” mencionado pelos entrevistados se refere à capacidade de reverter o fenômeno das mudanças climáticas, ou impedi-lo de se agravar ainda mais.

1/3 da amostra está convencida de que a equação do tempo não está resolvida, e que caminhamos para uma situação caótica, na qual vai ser muito mais difícil estabelecer “uma negociação saudável”.

Quando se trata de citar programas concretos, o setor só consegue citar uns poucos, e genericamente fala dos programas de “crédito de carbono”, do “MDL” (mecanismo de desenvolvimento limpo) no âmbito do Protocolo de Kyoto.

A proposta do desmatamento evitado é desconhecida pela maioria. Aqueles que ouviram falar demonstram certa descrença em relação à sua possível implementação ou mesmo eficácia, considerando, no entanto, que foi melhor o Brasil ter “alguma proposta”.

Os entrevistados consideram que os transportes e o desmatamento/queimadas são as atividades que mais contribuem para as emissões. Indústria, agricultura e pecuária também foram destacadas.

A grande responsabilidade brasileira perante o mundo é “deter o desmatamento e as queimadas” e não só na Amazônia, dizem nossos entrevistados; em segundo lugar, é controlar as emissões por veículos automotores; em terceiro é investir em energias limpas.

Finalmente, perguntados sobre se é possível compatibilizar crescimento/desenvolvimento econômico com políticas de enfrentamento das mudanças climáticas, a maioria declarou ser possível e mais, não haveria outra escolha para o Brasil que precisa “tirar milhões da pobreza”.

Embora não existam incompatibilidades, a tarefa não é fácil: a transição a ser efetuada de uma economia baseada em combustíveis fósseis e abundância de recursos para a nova economia, de menos intensiva em energia e emissões, tem primeiro que encontrar uma forma de traduzir o futuro marco regulatório em oportunidades de negócios, e deixar o mercado entrar com força nessa questão.

A receita para eles, é misturar eficiência energética com redução das emissões, desenvolvendo aos poucos uma economia de baixo carbono que não deprima os setores mais competitivos da economia brasileira atual.

Comparado a outros países, os entrevistados afirmaram que o Brasil tem capital ambiental e possibilidades desenvolver essa nova economia e, com isso, fazer uma enorme contribuição em termos de exportar um novo paradigma. O futuro pode ser complicado, mas não é desesperador.

RESUMO

As 30 entrevistas realizadas com representantes do poder legislativo brasileiro privilegiou o congresso nacional, ouvindo 20 deputados federais e 04 senadores. Também foram incluídos na amostra 06 deputados estaduais. Procurou-se não entrevistar somente integrantes da chamada “frente parlamentar verde”, claramente simpática às questões ambientais. Nos estados, buscou-se entrevistar parlamentares envolvidos com comissões de mudanças climáticas ou energia, ou ainda envolvidos com políticas de desenvolvimento rural.

O resumo a seguir organiza as principais opiniões expressadas pelo setor.

“Como o governo não tem manifestado nenhum interesse em engajar-se mais a fundo nas questões de mudanças climática, nós aqui sofremos muito os reflexos desta inapetência”.

A fala acima, de autoria de um parlamentar que integra a comissão mista de mudanças climáticas da câmara dos deputados, traduz o posicionamento dos entrevistados em relação à atuação do parlamento nessa questão: sem o apoio do governo federal, há muito pouco o que se fazer em relação ao assunto. É da natureza deste poder reagir a iniciativas seja do executivo seja da sociedade, e como o tema das mudanças climáticas não está “nem com o povo nem no coração do governo”, o legislativo se ocupa de outras pautas.

Além de exercer um papel de “negociador dos interesse da população” e de ratificador de decisões que já obtiveram consenso, os parlamentares acreditam que é difícil um tema novo, ou complexo como este, superar a morosidade própria dos procedimentos de análise e decisão que caracterizam a câmara e o senado.

Para o setor, assim como a problemática ambiental, as mudanças climáticas têm uma relevância “transversal”, ou seja, diz respeito a uma série de atividades cujos problemas estão distribuídos em outras comissões como a de energia, infra-estrutura, transportes, etc.

Apesar da reconhecida importância da problemática ambiental, os congressistas admitem que são poucos os parlamentares que estão dedicados a ela: “são uns três ou quatro”. Citaram de pronto o deputado José Sarney Filho, o deputado Fernando Gabeira e a ex-ministra, agora de volta ao senado, Marina Silva.

Contudo, a grande maioria reconhece que a questão é estratégica para o Brasil e para o mundo, sabem que o poder legislativo deverá atuar na regulamentação brevemente e se declara altamente motivada a “aprender mais”.

Para os parlamentares ouvidos na pesquisa, o desafio mais importante no mundo hoje e nos próximos 20 anos, é conseguir ter eficácia nas políticas de combate à pobreza e redução das desigualdades sociais. Já no Brasil, o maior desafio se traduz no termo *sustentabilidade*, uma combinação de políticas sociais e ambientais bem equilibradas.

Para eles, as responsabilidades do Brasil em relação às mudanças climáticas são: preservar a Amazônia e assumir a condição de país líder na geração de energia limpa. Com relação à Amazônia são simpáticos ao estabelecimento de metas de redução de desmatamento e ao endurecimento na fiscalização. Para eles, madeireiras ilegais e outras formas de predação do território amazônico têm que ser combatidas nem que se tenha de envolver as forças de segurança nacional.

O setor entende que as emissões brasileiras têm três principais fontes: o desmatamento e as queimadas provocados pela expansão da atividade agropecuária, as emissões de veiculares provindas de um sistema de transporte ineficiente e a queima de combustíveis fósseis, largamente utilizado na atividade industrial de um modo geral.

As principais barreiras para se enfrentar o desafio de reduzir as emissões são de ordem econômica e ideológica. Não é um problema só do Brasil, mas do mundo, “ninguém tem a receita”. Para eles, os países da Europa, que estão mais avançados em programas de redução, gastaram milhões em tecnologias de conversão. O Brasil não tem esse dinheiro e mesmo os Estados Unidos, que são a maior potência do mundo, não aceitam sacrifícios. A Amazônia é uma questão

urgente, manter a matriz energética limpa é um interesse do Brasil, mas o resto se fará em um ritmo que não comprometa o desenvolvimento, alerta o setor.

Ao governo federal, como vimos, é atribuída a principal responsabilidade de tomar a dianteira em relação à formulação de políticas direcionadas às mudanças climáticas. Os outros atores da sociedade são importantes também, mas vêm em segundo plano como suporte às ações governamentais. Chamam atenção para o fato de que o país é uma federação, havendo necessidade de se engajar os estados e os municípios.

As principais propostas do setor parlamentar giraram em torno da educação e do desenvolvimento tecnológico em relação às mudanças climáticas, como formas de criar uma base de sustentação para se enfrentar os problemas advindos das mudanças climáticas. Propostas como incremento da fiscalização, criação de fundos especiais, criação de uma política nacional, inspeção veicular e criação de lei específica que obrigue os agentes econômicos a fazer inventários de emissões foram citadas.

Os entrevistados não demonstraram conhecer programas nacionais que visam implementar ações de adaptação ou mitigação. Citaram genericamente os programas de crédito de carbono, que estariam sendo desenvolvidos por empresas. Mas muitos admitiram ter feito viagens para conhecer programas internacionais e citaram ações exemplares em curso em países europeus, principalmente.

A proposta brasileira de desmatamento evitado é pouco conhecida e, quando mencionada, admite-se a necessidade de uma revisão para que ela de fato funcione. A Conferência de Bali, assim como as outras reuniões internacionais, foram criticadas como ineficientes, mas uma minoria mostrou um conhecimento mais aprofundado.

O indivíduo, para os entrevistados deste setor, tem um papel importante a cumprir: é através de atitudes no plano individual que se atinge o plano coletivo. Foram citadas pelos parlamentares, como ações relevantes por parte dos indivíduos: a redução do padrão de consumo, a diminuição do uso de recursos não renováveis, a conservação de energia, menos uso de produtos de pequena vida útil, a reciclagem e o uso de transporte coletivo. No entanto, enfatizam, a ação individual só tem um real efeito quando se multiplica e se espalha pela sociedade.

O parlamento está atento, mas admite que o tema das mudanças climáticas ainda não entrou pela porta da frente nem está presente nas comissões mais importantes.

RESUMO

A presente análise contempla dois setores representados na pesquisa: sociedade civil e ONGs. Como não houve dissidência de informação entre os representantes das instituições que compuseram essas amostras e dado que ambos setores representam entidades do chamado ‘terceiro setor’, a amostra foi unificada, considerando um total de 60 entrevistados pertencentes a diferentes áreas de especialidade.

A área mais representada foi a social, com 18 entrevistados, seguida da empresarial (13), ambiental (11) e agrícola (8). Também foram representadas instituições ligadas a entidades do ramo científico, econômico, religioso e energético.

Mesmo contendo entrevistados ligados ao setor empresarial, a análise não identificou incongruências entre seus posicionamentos e os dos demais entrevistados do terceiro setor. Nota-se que no que tange a temática das mudanças climáticas, as opiniões e os posicionamentos dos entrevistados são essencialmente pessoais e não se diferenciam de acordo com o pertencimento a esta ou aquela entidade ou área de especialidade.

O tema das mudanças climáticas mobiliza suas lideranças e faz com que, no momento, várias organizações estejam aprofundando seu engajamento. Entre os 60 representantes de sociedade civil e ONGs pelo menos 10 têm programas já iniciados, a maioria na área de energia ou eficiência energética. Três estão se engajando em projetos que têm componentes de “segurança climática” (conceito ainda pouco assimilado, dizem), outras duas tentam implementar programas que combinem produção de biomassa e agricultura familiar. As demais fazem “campanhas”, e a mais citada é a “campanha do clima”, do Greenpeace Brasil, que está mapeando o potencial de energias renováveis no Brasil, com ênfase na eólica e solar.

Para o setor, nem sempre é fácil engajar-se em tema tão complexo. As organizações procuram trabalhar de forma independente a fim de manterem liberdade de ação, e em geral faltam recursos para programas mais ambiciosos.

As múltiplas abordagens possíveis das questões climáticas oferecem, no entanto, uma ampla gama de oportunidades para atuação das ONG’s que estão presentes e atuantes nas áreas de energia, de agronegócios e desenvolvimento rural, desenvolvimento social, etc. Não há um campo da sustentabilidade em que não haja uma ou um conjunto de organizações sociais atuando no nível político ou “na base” (grassroots).

O que mais chama a atenção neste setor, é a solidez do “framework” a partir do qual atuam: o discurso do setor é ancorado conceitualmente nas premissas do desenvolvimento sustentável e nos componentes “socioambientais”, lembrando o tempo todo que “não dá para separar as questões sociais das ambientais”, assim como não dá para tratar de “mudanças climáticas” sem mudar o modelo de desenvolvimento.

Para este setor, “somos uma cobra comendo o próprio rabo”, pois é o modelo de desenvolvimento que operamos, altamente consumidor de energia fóssil e emissor de gases do efeito estufa, que agrava o fenômeno das mudanças climáticas.

Os setores, de um modo geral, mostram-se bem informados em relação às questões que são próprias ao debate sobre mudanças climáticas, tendo sobressaído, em mais de dois terços da amostra, um declarado engajamento por motivos profissionais ou “de militância”.

Para a maior parte dos entrevistados o tema Mudanças Climáticas só entrou na agenda na época da Eco-92. Naquele momento, a palavra mágica era “sustentabilidade”. Era a bandeira branca em um mundo que destruía as suas próprias condições de vida. Embora já se falasse nos “gases do efeito estufa” e no “buraco de ozônio”, a união das organizações era em torno do ideal de deter a destruição dos ecossistemas naturais.

A visão de que alguma coisa a mais nos assombrava, nos diz uma liderança que abraçou a construção de uma rede social do clima no início dos anos 90', só ganhou força em 1997, quando o Protocolo de Kyoto foi ratificado pela maioria dos países. É portanto um tema novo, sobre o qual “há muito a aprender”.

Para os entrevistados, mudanças climáticas está entre os principais desafios que a humanidade terá que enfrentar nos próximos 20 anos. Juntamente com o terceiro setor, as lideranças de ONGs entrevistadas declararam-se “otimistas-realistas”: acreditam no poder transformador das idéias e também no “empurrão” que a questão climática vai dar na civilização atual. Mas também acreditam que há um longo caminho a percorrer. Em outras palavras, crêem que a mudança se dará com sofrimento. Dificilmente as forças econômicas (expressão para nomear o poder das grandes corporações de petróleo) serão convencidas sem “desastres” de grandes proporções.

Por mudanças “estruturais” entendem alterar significativamente o atual modelo de produção em consumo. Somente na hora em que a gasolina tiver preços proibitivos é que migraremos para a energia solar ou outra forma, acreditam.

Para estes setores, o fator que mais contribui para agravar o fenômeno das mudanças climáticas é, por um lado, “o capitalismo selvagem, a ganância e a irresponsabilidade” expressas no modelo de desenvolvimento que ainda domina a maior parte do mundo e por outro, a falta de consciência de grande parte da população, que sonha em ter o padrão americano e europeu de consumo, sem se dar conta de que isto não é mais possível.

Seja no plano individual, seja no coletivo, o discurso dominante entre os entrevistados que representam a sociedade civil e ONGs privilegia a necessidade de se “repensar o modelo de desenvolvimento”. Um dos maiores desafios para a humanidade é a própria mudança do atual modelo de produção e consumo associada à diminuição das desigualdades sociais.

Praticamente a totalidade das lideranças entrevistadas concorda que as mudanças climáticas causarão forte impacto, podendo tornar severas as condições para as populações pobres do planeta. 1/3 da amostra soube discorrer sobre as possíveis conseqüências para o Brasil. Mencionaram a “savanização” da Amazônia, o avanço da desertificação além do perigo do avanço do mar nas cidades costeiras. Sabem, em linhas gerais, que o regime climático mudará drasticamente.

Com relação ao maior desafio do Brasil, para o mesmo período, foram citadas a conservação da Amazônia e a redução das desigualdades. Não é possível separar as duas questões. Quem defende uma Amazônia sem gente, ou só como parques ou unidades de conservação, mostra sua ignorância em relação às propostas do desenvolvimento sustentável. É na Amazônia que está a chance do Brasil mostrar que é possível desenvolver sem destruir.

Devido à importância dos “serviços ambientais” que a Amazônia presta não somente para o Brasil, mas para o mundo como um todo, nossa responsabilidade maior é preservá-la, reduzindo o desmatamento e realizando um “ordenamento territorial” que impeça o avanço da fronteira agrícola sobre áreas de mata nativa.

A principal barreira identificada pelo setor para o país e o mundo se engajarem com mais firmeza no combate às mudanças climáticas são de ordem econômica: os entrevistados parecem concordar que enquanto as políticas de redução não se traduzirem em oportunidade de negócios, poucas iniciativas terão sucesso. O que se vê, dizem os entrevistados, são “ações exemplares”, demonstrativas, não se tem ainda uma política consistente, nem no nível global, nem no nível nacional.

Além das barreiras econômicas, também foi identificada como dificultadora de uma ação mais abrangente para se combater as mudanças climáticas, tanto no Brasil como no âmbito internacional, as barreiras “ideológicas”: avaliam que há um grande desconhecimento por parte da população, não só do Brasil.

O governo é o maior responsável por implantar políticas em relação às mudanças climáticas e não está fazendo o seu papel. Naturalmente os empresários e a sociedade civil devem se engajar, pois todos devem fazer a sua parte. Contudo, é o governo federal que tem de liderar o processo de levar o país a executar um programa consistente de redução de emissões.

Um programa de reduções não prejudicará o Brasil diz o setor, pois temos comparativamente uma matriz limpa e podemos expandir a produção de energias limpas. Só contendo o desmatamento e as queimadas, já ganharemos crédito. É absolutamente possível, no quadro atual ou em um cenário em que adotemos um programa de redução de emissões, continuar a desenvolver. A possibilidade da ampliação do comércio de crédito carbono seria uma boa conseqüência advinda da regulação, inclusive para os programas de reflorestamentos.

Quanto às responsabilidades do Brasil perante o mundo, a maior parte dos entrevistados afirma que é o enfrentamento das questões da Amazônia. Citaram ainda: a diminuição de emissões de gases por outras fontes, como o da frota veicular nas cidades. Além de deter o desmatamento, o Brasil deve investir em energias limpas e em programas de eficiência energética.

De acordo com o setor, o fator que mais contribui para as emissões de gases do efeito estufa são as emissões oriundas do agronegócio, seguidas pelas emissões originárias do transporte e indústria.

Os entrevistados pareceram bastante descrentes em relação ao processo de discussão das mudanças climáticas no âmbito internacional. Para eles, o que se vê é muito discurso pouca ação. Segundo disseram, as questões climáticas estão claramente sendo tratadas de forma desigual pelos países: apenas alguns países estão tomando providências sérias e assumindo responsabilidades com afinco, como é o caso da Alemanha e da Inglaterra, que foram exemplos citados. Os países mais criticados foram os Estados Unidos e a China. Aquele, por se recusar a assumir o papel que lhe cabe como uma das nações mais fortes do mundo e o segundo, pelo “perigo” que representa para a sustentabilidade. Além disso, disse um dos entrevistados, “negociação internacional é que nem tabuleiro de xadrez, está todo mundo esperando o que os EUA e a China vão fazer”. Os países em desenvolvimento como a China, Índia e Brasil não estão obrigados, pelo Protocolo de Kyoto, a programas de mitigação e não colaboram nem de forma espontânea para reduzir as emissões.

A proposta brasileira de desmatamento evitado é amplamente conhecida neste setor, e apreciada, mas precisa ser, na opinião do setor, mais bem elaborada para que surta o efeito esperado de conter o desmatamento da Amazônia, que é tida como já se falou, como a maior responsabilidade do Brasil num programa mundial de redução das emissões. No entanto, essa proposta de desmatamento evitado apresentada pelo governo brasileiro na Convenção do Clima, em Bali, é polêmica para o setor, pois “se implementada só resolve a Amazônia, e o resto?”

Quanto aos resultados da Conferência do Clima de Bali, os comentários dos entrevistados foram bastante pulverizados, passando por toda a grade de “bons”, “tímidos”, “fracos” e “relativos”. “Tímidos” foi a resposta mais recorrente. Os entrevistados tinham uma expectativa mais alta, concluíram que houve pouco avanço. Como resultado mais positivo destacaram a mudança de postura dos Estados Unidos.

A maioria absoluta dos entrevistados afirma que o tema é “muito importante” para os segmentos nos quais atuam. Pensam que as questões do clima devam sim ser levadas em conta por ONG’s, empresas e todos os segmentos sociais. As ações individuais também contam, pois na sua visão “nas sociedades atuais os indivíduos tem muito poder” e citam casos como o da “irmã Dorothy” (assassinada por ferir interesses de posseiros no Norte do país), de Chico Mendes e outros.

As ações individuais foram muito valorizadas. Para o setor “tudo começa no indivíduo”, que tem sim um importante papel transformador. Segundo eles, o Brasil está precisando de exemplos.

Finalmente, os entrevistados afirmam que é possível, sim, produzir desenvolvimento econômico de forma sustentável, fazendo uso racional dos recursos naturais. Entretanto, só haverá desenvolvimento econômico sem destruição do planeta, se o atual modelo de produção e consumo exacerbado for profundamente alterado. Sabem que esta mudança exige planejamento e liderança. Para eles, se o governo atual não tem demonstrado capacidade nem apetite para isso, não devemos desanimar, “o Brasil pode e deve ser um exemplo para o mundo”. Para eles, a sociedade quer e isso vai acontecer.

RESUMO

Foram entrevistados donos do próprio negócio, presidentes de empresas multinacionais e nacionais; e executivos envolvidos na alta gerência de empreendimentos em vários ramos de negócios. Estão presentes na amostra representantes do setor do agro-negócio, incluindo soja e pecuária, de empresas de energia e de mineração, entre outros.

“O fenômeno das mudanças climáticas é um fenômeno relacionado ao modelo econômico perdulário que usa recurso natural como se fosse algo gratuito”: esta fala, de autoria de um dos empresários entrevistados bem poderia ser atribuída a um ambientalista e mostra que a associação entre o fenômeno das mudanças climáticas e o modelo de desenvolvimento econômico atualmente em vigor é clara e bastante presente no discurso do setor amostrado na pesquisa.

Os entrevistados foram veementes em afirmar que o modelo de desenvolvimento e de consumo modernos são os dois principais vetores que colaboram para a situação atual do clima. Mudar isso é um dos principais desafios da humanidade.

Para os empresários ouvidos na pesquisa, 30 ao todo, a temática ambiental, e a das mudanças climáticas em particular, vem ganhando cada vez mais espaço na agenda nacional e internacional, assim como nos discursos e nas ações do próprio empresariado brasileiro que na sua visão “tem muito a contribuir”.

A maioria apresenta um bom conhecimento das questões ligadas ao meio ambiente e às mudanças climáticas. A motivação para aprender mais sobre mudanças climáticas é bastante elevada.

Contudo, entendem que o mesmo não acontece com a população brasileira de um modo geral nem com os demais setores. Esta tarefa, a de conscientizar os demais atores sociais, segundo eles, “é tarefa do estado brasileiro”.

A maioria absoluta dos 30 entrevistados considera que a temática é de vital importância e acredita fortemente na tese do agravamento do fenômeno das mudanças climáticas, recentemente divulgada pelos relatórios Stern e do IPCC amplamente citados. Também acredita que os impactos sobre as sociedades humanas e em especial sobre as economias nacional e mundial serão significativos no médio e longo prazos. Encaram o assunto com seriedade e preocupação.

Apenas uma minoria aproveitou para criticar o “catastrofismo” dos ambientalistas, o sensacionalismo da mídia e também para relativizar a importância da problemática. Seus argumentos, no entanto, são fracos e não possuem os elementos de análise que a maioria apresenta, podendo ser considerados residuais na amostra.

O setor, de um modo geral, independentemente do ramo de negócio ou atividade, está consciente de que o empresariado deverá levar em consideração que um programa de redução de emissões individual (de cada setor e/ou empresa) e coletivo é absolutamente indispensável. Como isso afetará a competitividade de cada setor, é ainda um cálculo a fazer. Para eles, quem se adiantar estará se colocando melhor no mercado de uma economia de baixo carbono, que será a nova economia.

Lamentam o fato de que o Brasil não tenha ainda uma política nacional do clima. Sem isso, os empresários não têm parâmetros para priorizar investimentos nem trabalhar para a conformidade.

Com relação às responsabilidades internacionais do Brasil, há uma divisão de opiniões. Uma minoria acha que o Brasil deve adiantar-se e tomar a liderança propondo metas de redução.

A maioria não concorda com isso: embora reconheçam que o Brasil “deve fazer a sua parte”, este grupo de entrevistados acredita que cabe aos países de economia desenvolvida fazer os maiores sacrifícios – que não é justo nem ético pedir ao Brasil que sacrifique o seu desenvolvimento.

Ressaltaram que a responsabilidade pela situação atual do clima no planeta é dos países de economia desenvolvida que traçaram um modelo econômico de estímulo ao consumo insustentável e demonstram desconforto “quando nações que já consumiram de forma muito irresponsável seus recursos naturais se sentem no direito de ditar as regras de como deve ser agora o consumo do chinês, do indiano e do brasileiro“. Segundo esses empresários, os EUA cometeram um erro histórico não ratificando o Protocolo de Kyoto anos atrás e agora temos a China e a Índia reticentes. Por que o Brasil deve tomar a frente?

Para eles, o Brasil deve tirar vantagens econômicas dos acordos internacionais. Manter a floresta em pé e manter a matriz energética limpa custa dinheiro, e uma regulação impositiva só aumentará as desigualdades sociais e econômicas globais.

A “parte do Brasil”, de acordo com a maioria, é controlar o desmatamento e as queimadas na Amazônia: para o setor empresarial, falar de emissões no Brasil é principalmente falar de Amazônia, “não dá para separar uma coisa da outra”. As demais fontes de emissão citadas são o transporte e a indústria, com destaque para o agro-negócio.

Muitos empresários mencionaram sua preocupação com a competitividade de seus negócios, manifestando receio de que o comércio internacional vá ser profundamente afetado pelas barreiras e tarifas não alfandegárias “em nome do problema climático”.

Não se colocando como um setor que adota o discurso catastrófico, os empresários não são pessimistas e acreditam que uma política de mitigação dos impactos das mudanças climáticas irá florescer rapidamente e que o setor empresarial estará apto para dela participar.

RESUMO

Como era de se esperar, pela qualidade e trajetória dos entrevistados deste setor, foi coletada uma variedade de informações que nos permitem uma visão bastante abrangente de como o setor científico está atuando no país, suas conquistas, limitações e perspectivas em relação à problemática das mudanças climáticas.

Este setor, diferentemente dos demais, lida com questões e temas que visam aumentar o conhecimento do problema no país, através do desenvolvimento de pesquisas e estudos nas diversas especialidades e disciplinas a ele relacionadas. Muitos fazem parte de comissões e centros especialmente dedicados à questão climática, como fóruns nacional e estaduais do clima.

Para este tipo de entrevistado, o fenômeno das mudanças climáticas não é somente uma matéria de opinião, mas objeto de suas pesquisas e estudos, seu dilema intelectual ou esforço cotidiano.

Através de procedimentos próprios, investigam as causas e os efeitos do fenômeno, compartilham seus estudos e angústias com seus pares, aqui e fora do país, assim como tornam, através de publicações de relatórios e artigos, o assunto mais conhecido no chamado “mundo leigo” (não especializado, da opinião pública).

Cabem aos cientistas apontar os caminhos mais prováveis e viáveis de como lidar com o fenômeno das mudanças climáticas.

Eles são, em certa medida, o nosso “oráculo”: é do mundo da ciência que a maioria de nós considera que virão as “respostas” aos desafios do nosso tempo.

Os cientistas entrevistados demonstraram confiar plenamente nos prognósticos e resultados das ciências a que se dedicam, e em relação ao tema das mudanças climáticas, o cidadão e o cientista tornam-se um só em termos das opiniões que manifestam.

Todos, sem exceção, acreditam, como é de se esperar, que o fenômeno existe, é grave e que serão dramáticas as consequências para a humanidade.

Pode, conforme disseram, ser revertido: a solução passa necessariamente por um esforço global, por atitudes firmes, cooperativas, nos níveis multinacional, multisetorial e multidisciplinar.

Segundo os entrevistados, o Brasil tem um setor científico bem preparado e equipado, o que falta é uma política nacional do clima que possa embasar um bom programa científico e tecnológico. Essa disposição, para construir esse projeto existe, “mas ainda não chegamos lá”.

Na opinião dos entrevistados falta liderança, sobretudo por parte do governo que deveria estar se ocupando de políticas indutoras e sinalizando para os demais atores, empresas e sociedade civil que todos devem fazer a sua parte.

Consideram ainda que o Brasil tem por responsabilidade conter o desmatamento e reduzir emissões.

A Amazônia é problema e solução. Embora não reconheçam uma ação eficaz, uma “ação de governo”, para deter o desmatamento, é da Amazônia que virá o desenvolvimento sustentável, pois é lá que existem recursos abundantes para promover esse processo de desenvolvimento sustentável. Toda a questão reside em convencer a sociedade – através de ações concretas e de sinais econômicos vigorosos – de que a floresta vale mais em pé.

Nossa matriz energética pode ser salva se avançarmos em regulações, se isso não ocorrer, dizem os cientistas, a tendência para sujar a matriz já existe e deve se expandir nos próximos anos. Estaremos então, na “contramão da história”.

Para este setor, os principais entraves ou barreiras para se combater efetivamente o fenômeno e chegar à sua reversão não estão nos limites da ciência, pois estes poderão ser expandidos rapidamente com investimentos em pesquisas e tecnologias.

Os principais entraves estão no próprio modelo de vida, de comportamento e de consumo que é predador e resistente a mudanças, pois “ninguém está disposto a se sacrificar e reduzir o conforto que a sociedade do consumo proporciona”.

Também identificam que os países desenvolvidos têm dificuldades de assumir metas rigorosas por questões econômicas, os interesses econômicos estão majoritariamente ancorados na base energética fóssil, a transição tem alto custos.

Nesse sentido, falta ainda uma instituição ou um modelo sistêmico de ação global, de cooperação que tire os países de seus marcos/interesses individuais e os coloquem para cooperar efetivamente. Um dos entrevistados chegou a mencionar que está faltando “um plano Marshall” para a questão das mudanças climáticas.

Para eles, os limites de uma sociedade e de uma economia baseada em combustíveis fósseis estão dados: e não se trata só da esgotabilidade deste tipo de recursos, o que já sabíamos, mas da ecologia do Planeta. Arriscar ou ignorar isso é caminharmos rapidamente ou de um modo mais vagaroso para o desastre. As iniciativas para a conversão do modelo têm que ser tomadas agora: a economia do baixo carbono tem que florescer, afirmam.

Nesse novo cenário, nos diz um cientista, que já ocupou a pasta de ministro por três vezes: “se o Brasil deter a destruição da Amazônia, manter sua matriz energética limpa e produzir biomassa em bases sustentáveis, aí então o futuro do país será brilhante”.

RESUMO

O setor governamental incluiu gestores e técnicos das esferas federal e estadual, situados, em geral, no chamado alto escalão, isto é, nos cargos e posições onde estão os tomadores de decisão, os formuladores e os executores de políticas públicas.

No conjunto das entrevistas, percebe-se um alto nível de conhecimento sobre as questões ambientais e de sustentabilidade. Por outro lado, não é possível afirmar que o domínio do tema das mudanças climáticas seja uma regra.

Independente do grau de conhecimento, contudo, todos manifestaram preocupação pessoal com o tema proposto. E o setor como um todo demonstra estar num movimento crescente de busca por maior compreensão, bem como de envolvimento em elaboração de políticas, programas e projetos relacionados direta ou indiretamente ao enfrentamento das mudanças climáticas.

Os entrevistados evitaram adotar uma visão catastrofista e acreditam fortemente na possibilidade de reversão do fenômeno, através de medidas de prevenção e mitigação. Sabem que cabe ao setor um papel protagonista e têm convicção de que a esfera governamental é a instância que deve ter o papel de liderar, em nível nacional, uma grande articulação que vise colocar o país em um esforço mais significativo no enfrentamento da questão.

A pauta desse setor, no que tange às questões relacionadas às mudanças climáticas, é extensa e complexa: vai desde à discussão sobre modelos de produção e consumo, regulação e legislação, até propostas de como promover o desenvolvimento de novas tecnologias que possam dar respostas aos desafios colocados. Eles são, naturalmente, parte das discussões em torno da Amazônia, da nossa matriz energética, da agricultura sustentável e dos biocombustíveis.

No Brasil “o governo está em tudo”, nos disse um deles “e se não está, o povo não leva a sério”.

A posição brasileira nas rodadas de negociação internacional e o tema da governança são chaves para o setor, que participa ativamente de cada impasse, de cada avanço obtido em encontros que ocorrem no âmbito da Convenção do Clima, de dois em dois anos.

Sabem que o tema tem uma ressonância interna e externa, e que a despeito de ser global, o problema do enfrentamento das mudanças climáticas passa por clivagens muito diferentes nos diversos países, pois “estar na lista dos 10 maiores emissores” é um desconforto, e o Brasil hoje consta como o quarto maior emissor por conta das queimadas na Amazônia.

Estes representantes do governo brasileiro, em qualquer das áreas abordadas: energia, economia, uso do solo, agronegócios e desenvolvimento socioeconômico -- reconhecem a importância crucial do problema das mudanças climáticas e acena com um leque amplo de propostas de como fazer para diminuirmos nossas emissões.

Surpreendentemente, os gestores e técnicos ouvidos tem uma postura aberta, pouco estadista, associando muitas das soluções ao ingresso das forças de mercado.

Os entrevistados vêem as questões climáticas e sociais como os maiores desafios da humanidade. Dentre as questões sociais, destacaram a pobreza e a falta de equidade. Dentre os desafios ambientais, a questão mais citada foi a dos recursos hídricos. Em segundo lugar, foi o “aquecimento global”.

Já para o Brasil os maiores desafios são para o setor de ordem social e combater a desigualdade seria uma “prioridade máxima”. Em relação às questões ambientais, nosso calcanhar de Aquiles é o desmatamento, cuidar da água e também da degradação dos solos.

Outro desafio mencionado, diz respeito à matriz energética: para o setor há uma demanda crescente por energia, e o governo sob pressão vai ceder. O setor considera que será bastante difícil não sujar a matriz. Os licenciamentos recentes de termoeletricas e os novos campos de petróleo descobertos pela Petrobrás colocam uma energia barata disponível, “a não ser que as emissões sejam taxadas”. Mas, para os nossos entrevistados, uma política nacional de taxaço só virá depois de muita “queda de braço entre o executivo e o congresso”.

Como maior desafio “de longo prazo”, para além dos 20 anos que a pesquisa colocou como horizonte, nossos entrevistados dizem que é trilhar os caminhos para se chegar ao desenvolvimento sustentável, ou seja, promover o desenvolvimento ancorado na base triangular: social, ambiental e econômica.

A importância das mudanças climáticas para o setor governamental é evidente: são eles os negociadores nos fóruns internacionais, são os formuladores das políticas e programas hoje existentes, a maioria reconhecem “ainda em forma embrionária”.

A maior barreira identificada para se enfrentar as mudanças climáticas são econômicas: a falta de segurança que um tema novo suscita, ainda em estudo, acaba afastando possíveis investimentos. “Os negócios dependem das políticas, e ainda não temos políticas maduras, consistentes”, nos diz um técnico do Ministério de Ciência e Tecnologia, e que expressa bem a opinião do setor. Em outras palavras, faltam diretrizes que possam orientar investimentos de longo prazo.

Os entrevistados citaram vários projetos já implantados, que levam em consideração a redução das emissões: PRONAF, PROINFA, PROCEL, o plantio direto, o programa de reflorestamento Plantar, o programa brasileiro de biodiesel, e, mais recentemente, o programa Territórios da Cidadania, do governo federal.

Outros projetos estão por vir, “é só uma questão de tempo, de amadurecimento”. Acreditam que em breve o governo estará melhorando a proposta do desmatamento evitado e reduzindo tarifas para biomassa do bagaço da cana, além de ampliar o crédito para a produção de biocombustíveis na agricultura familiar.

O setor governamental está plenamente consciente de que cabe ao governo o protagonismo no esforço nacional para redução das emissões. Apontaram, igualmente, para a importância do empresariado: “Nós fomentamos, mas os empresários é que sabem do negócio”.

A forma de engajar a sociedade para eles, é conscientizar a mídia do seu papel, diminuir o tom catastrófico “que não constrói”, e incorporar nas grades curriculares, as questões climáticas como tema central da sustentabilidade.

A ação individual é muito importante, segundo os entrevistados, como promotora de uma nova consciência e como incubadora de movimentos sociais mais amplos.

O setor acompanha as discussões internacionais e é, entre todos, o que mais positivamente avaliou a Conferência de Bali. Acreditam que os Estados Unidos mudou de postura e ressaltam a liderança européia em programas de redução. Para eles, o Brasil vai dar a sua contribuição e 2009 será um ano chave para a agenda do clima.

A proposta de desmatamento evitado é conhecida em detalhe somente pelos entrevistados que lidam diretamente com o assunto das mudanças climáticas no seu dia-a-dia. No geral, é apreciada, mas os entrevistados reconhecem que precisa de ajustes, por apresentar muitas ambigüidades em relação aos seus objetivos.

A principal responsabilidade atribuída ao Brasil pelo setor, em relação às mudanças climáticas, é a redução do desmatamento. Urge uma posição governamental mais dura e inibidora desta prática. Além da Amazônia, devemos cuidar do nosso modelo de transportes e da nossa matriz energética.

Em termos de cenário futuro, consideram que o Brasil tem muitas vantagens comparativas: a matriz energética predominantemente limpa, à base de recursos hídricos, a larga difusão dos veículos flex e o alto desenvolvimento em pesquisa de energias alternativas, como biodiesel, etanol e biomassa, e ainda temos território, podemos expandir nossa fronteira agrícola sem ameaçar a floresta, que tem um valor incalculável. A Amazônia é o nosso “ouro verde”, vaticinou um importante gestor da área de recursos hídricos.

O setor governamental revelou-se como um dos mais otimistas. “Recursos nós temos”, o que estamos precisando é um “choque de gestão”.

Comparando os sete setores selecionados, verificamos que as opiniões emitidas por todos eles, de um modo geral, guardam bastante semelhança entre si, tanto em termos de posicionamento político, quanto em termos da argumentação que apresentam em relação ao tema das mudanças climáticas. Naturalmente, dentro de cada setor, os grupos de opinião manifestam suas diferenças. Na amostra como um todo é residual e portanto desprezível, o número daqueles que se manifestaram com desinteresse em relação à problemática das mudanças climáticas. A maioria absoluta considera a questão altamente relevante para os destinos do país e do mundo e a classifica como uma das mais “cruciais questões contemporâneas”.

Chama a atenção o fato de que, à exceção dos setores científico e governamental, que demonstram uma familiaridade maior com a problemática, para os demais setores, trata-se de questão relativamente nova, mas enormemente mobilizadora.

O caráter mobilizador da questão ancora-se na consciência de que se trata de uma questão que coloca em xeque a maneira como nossa sociedade tem se organizado para promover bem estar e prosperidade e aponta para a necessidade de transição de um modelo civilizacional. Esse novo modelo é genericamente chamado de “desenvolvimento sustentável” pela maioria.

Independentemente da posição política ou do setor, a questão climática traz uma dramaticidade que toca a cada um dos ouvidos na pesquisa.

Cada setor traz, contudo, uma contribuição especial que tem a ver com a sua “cultura” (cultura setorial) e com a especificidade do seu papel social, como resumimos a seguir:

MÍDIA

O setor define-se como generalista e praticamente nenhum profissional ouvido na pesquisa pode ser considerado, a rigor, especialista no tema. Ainda assim, mostrou-se de um modo geral preocupado, mas otimista. O otimismo baseia-se na crença fundamental de que a humanidade encontrará uma saída e de que a ciência, em grande parte, fornecerá as bases tecnológicas necessárias para a mesma.

Como brasileiros e como jornalistas, os entrevistados deste setor se sentem motivados e declararam estar dispostos a um maior engajamento.

Estão em fase, como eles mesmos dizem, de “aprender mais”. Procuram ler livros, pesquisar na internet e pela natureza de seu trabalho, ficam atentos ao noticiário internacional. Consideram que o papel mais importante a ser desempenhado pelo setor é o de veicular uma informação de qualidade e de contribuir para a conscientização e para o processo de decisão tanto individual, quanto coletivo.

Para eles, é o governo quem deve liderar o processo de engajamento da sociedade. Consideram ainda que o tema das mudanças climáticas está ganhando um espaço cada vez maior na mídia, tendência que acreditam deva perdurar e ganhar mais densidade nos próximos anos.

CONGRESSO

Este setor, como a mídia, também se considera generalista, cuidando de uma pauta ampla e, em geral, contando com “assessores” ou “peritos técnicos” para questões mais complexas, como a do clima, por exemplo.

Apesar de reconhecer que a temática das mudanças climáticas será um problema cada vez mais crítico para a sociedade brasileira e mundial, o poder legislativo brasileiro não a vem tratando com a devida importância.

Segundo os parlamentares ouvidos, existem, no momento, outros problemas na pauta mais importantes e o lobby de alguns setores não permite a tramitação do assunto com mais rapidez e objetividade. Apesar da morosidade e superficialidade com que o tema ainda é tratado no congresso e nas assembleias estaduais, aos poucos, os parlamentares estão se familiarizando com o assunto, principalmente, desde o advento de criação da Comissão Mista das Mudanças Climáticas da Câmara de Deputados Federal e da criação dos fóruns estaduais de mudanças climáticas (criados em São Paulo, Minas e Bahia).

Ao admitir que o tema das mudanças climáticas não está entre as prioridades do legislativo, atribuem o fato à falta do apetite do governo federal em lidar mais seriamente com o tema, e também ao fato de que esta não é ainda uma preocupação vocalizada pela sociedade.

Sem o executivo e sem a sociedade, o congresso tem muito pouco a fazer, dizem. Em certos nichos porém, especialmente naqueles em que os ambientalistas transitam com mais desembaraço (e citam a Frente Parlamentar Verde), vai surgindo um interesse maior. Segundo este setor, o tema não chegou ainda ao “coração do congresso”.

SOCIEDADE CIVIL

É um setor heterogêneo, que pode ser caracterizado como moderadamente crítico ao “modelo capitalista de produção e consumo” e às desigualdades políticas e econômicas que dividem o mundo entre Norte e Sul, entre países ricos e pobres. Como é um grupo que inclui muitas associações empresariais não se encontra nele posições muito radicalizadas contra o setor privado ou as “forças de mercado”.

Apesar das cores e tintas políticas variadas, há mais consensos do que dissensos neste setor em relação às questões que cercam a discussão sobre o problema das mudanças climáticas. Em geral, concordam que conter o desmatamento é prioridade e que um desenvolvimento sustentável da Amazônia é possível e desejável. Em geral, enfatizam as muitas riquezas da região, importantes para o desenvolvimento do Brasil.

Os entrevistados deste setor se mostraram fortemente interessados e mobilizados pelo tema das mudanças climáticas, pois acreditam que elas afetarão mais as populações pobres e países como o Brasil que fizeram a ocupação do território ao longo da costa e dos grandes rios.

Faz parte da “competência política” dessas lideranças, estarem antenadas com os temas mais importantes da pauta política, social e ambiental. É este setor, juntamente com o “setor ONGs”, que mais enfatiza no seu discurso a necessidade de se promover um desenvolvimento “socialmente justo e ecologicamente responsável”.

Apesar de declarar-se muito apreensivas em relação aos efeitos previstos das mudanças climáticas, as lideranças do setor recusam a pecha de “catastrofistas”, dizendo-se “pessimistas no diagnóstico, mas otimistas na ação”. A maioria delas, no entanto, não está, no momento, trabalhando direta ou indiretamente com o tema.

ONG

O setor, como de resto o segmento “sociedade civil” amostrado na pesquisa, é marcado por forte heterogeneidade, mas mostrou nas opiniões muitos consensos. Os mais importantes são em relação à responsabilidade do Brasil em cuidar da Amazônia e em promover políticas públicas, principalmente na área de energia, que possam colocar o país em situação mais confortável diante da cobrança internacional.

O entrevistados deste setor manifestam opinião bastante forte e militante em favor do “desenvolvimento sustentável”, conceito que dominam com riqueza de elementos.

Acham que o Brasil pode e deve desenvolver diferente e oferecem uma variedade de receitas para isso. Consideram que as mudanças climáticas tornaram-se uma questão crucial que não pode ser ignorada por nenhuma política setorial: seja no combate ao desmatamento na Amazônia, seja repensando a matriz energética ou a destinação do lixo produzido nas grandes cidades, o pano de fundo deve ser como reduzir emissões ou diminuir os efeitos das mudanças climáticas.

Entre todos os setores, é o mais otimista quanto ao poder das ações individuais embora não se distingam dos demais ao considerar que cabe ao estado brasileiro a responsabilidade de liderar um processo de maior engajamento do país no combate ao agravamento das mudanças climáticas. O setor mostrou-se bem informado, mas poucos são especialistas ou estão trabalhando diretamente com a questão.

EMPRESARIAL

O setor empresarial aqui representado com muitos representantes de atividades relacionadas ao agro-negócio e energia, está ciente da sua responsabilidade perante a sociedade no que tange às mudanças climáticas.

Acham que o empresariado tem muito a contribuir, mas demonstram forte preocupação com possível perda de lucro ou diminuição da competitividade dos seus negócios, ou do Brasil, se as políticas de redução não forem bem planejadas e bem implementadas.

No limite reconhecem que o “desenvolvimento sustentável”, conceito ao qual se remetem, insistindo na “sustentabilidade econômica” das medidas, só será alcançado se houver uma mudança gradual no paradigma de produção e consumo.

Esse problema (mudança de paradigma) é visto como um problema global e não só do Brasil. O tema das mudanças climáticas, a partir do último Relatório do IPCC (2007) colocou um horizonte menor de tempo para que os países formulem políticas mais eficientes de combate às mudanças climáticas.

Eles, os empresários, sabem que essas políticas devem afetar o setor produtivo. Estão até certo ponto, ansiosos para que as políticas sejam definidas “o quanto antes”, pois consideram que haverá um custo envolvido na transição do uso do combustível fóssil para outros tipos de energia.

Esse cenário, de restrições ao uso dos combustíveis fósseis e de taxaço de emissões, aponta para a necessidade de investir em novas tecnologias e ampliar a oferta de energia limpa. Em outras palavras, para o empresariado, falar de mudanças climáticas hoje é discutir a matriz energética brasileira e o modelo de transição.

Para os empresários está faltando liderança, tanto interna (do Brasil) quanto externamente, para que as medidas sejam mais rápidas e efetivas. A queixa do empresariado é que não há ainda uma política nacional do clima, faltando, portanto, as diretrizes que possam melhor orientar o setor em termos de programas e ações prioritárias a serem desenvolvidas.

CIENTÍFICO

O setor científico foi o que mais revelou domínio sobre as causas e conseqüências das mudanças climáticas e o mais bem informado sobre como o Brasil vem conduzindo a questão nos diversos fóruns nacionais e internacionais.

Para este setor, as evidências apontadas pelos últimos Relatórios divulgados já fornecem uma base suficiente para que governos e demais tomadores de decisão, tanto do setor público quanto privado formulem políticas de redução das emissões.

Quanto à questão da “certeza científica”, os entrevistados insistem que “há base científica” consistente sobre a qual agir; no entanto, frizam que ciência precisa de liberdade, e é próprio do meio científico buscar novas teorias, refutar teses e buscar a precisão que ainda não se tem em vários conteúdos.

O importante é não usar a tese “da controvérsia científica” (que sempre haverá no meio acadêmico) como álibi para a negligência e não-ação quando há tanto em jogo, quiçá a sobrevivência da própria espécie humana.

Para o segmento científico brasileiro, o Brasil tem território, recursos de biodiversidade e economia capazes de sustentar um novo modelo de desenvolvimento. Tem, além disso, base tecnológica avançada nas questões da sustentabilidade e poderá melhorá-la ainda mais, desde que seja formulado uma política nacional do clima que oriente os investimentos em ciência e tecnologia.

Em geral mostram-se entusiasmados com a possibilidade do Brasil vir a ser um grande produtor de energias limpas e apontam a Amazônia como problema e solução, como “o ouro verde do Brasil”.

GOVERNAMENTAL

Os entrevistados deste setor, uma expressiva parte atuante na esfera federal, consideram as mudanças climáticas um assunto chave na pauta governamental.

O setor, de um modo geral, mostrou-se interessado, além de revelar um bom domínio dos assuntos, tanto técnica, quanto politicamente, pois muitos dos entrevistados são coordenadores ou membros de comissões de alto nível nos Ministérios de Meio Ambiente e de Ciência e Tecnologia, ou ainda no Itamaraty.

As lideranças deste setor reconhecem que ao setor governamental cabe o protagonismo de sugerir ao executivo (Presidência e Casa Civil) medidas fundamentais (e rápidas) para mitigação e adaptação, propondo as bases de formulação de uma política nacional do clima. No âmbito internacional, admitem, há muitos interesses em jogo, cabendo ao Itamaraty defender os interesses do Brasil.

Para este setor, muitas das posições internacionais ocultam interesses comerciais e de influência geopolítica; também entendem que as responsabilidades no enfrentamento das mudanças climáticas são comuns, mas diferenciadas. O Brasil é reconhecido como “potência ambiental” de primeira grandeza e importante player no cenário internacional.

Uma tônica deste setor é levantar a questão de que o Brasil precisa de recursos para proteger a Amazônia, e que os países ricos devem pagar pelos serviços ambientais ofertados por esse importante bioma.

É o setor menos crítico ao posicionamento do Brasil nas conferências internacionais do clima e o mais otimista em relação às potencialidades que o Brasil tem e aos encaminhamentos que vêm sendo dados à possibilidade de o Brasil vir a ser uma grande potência em produção de energias limpas (referindo-se ao etanol de cana e à produção de biomassa de origens diversas).

(INSUMO ADICIONAL) TABELA-RESUMO DE TODAS AS ANÁLISE SETORIAIS

A tabela a seguir resume os resultados das análises setoriais para cada um dos 18 tópicos abordados, permitindo uma leitura transversal das respostas mais frequentes. Nota-se claramente a heterogeneidade das respostas e posicionamentos – estão marcadas em laranja as respostas mais frequentes em todos os setores; e em amarelo quando houve 2 tipos de respostas mais frequentes. A única resposta que não pôde ser agrupada foi a visão dos entrevistados sobre a Conferência do Clima em Bali já que os posicionamentos dos setores foram bem variados.

Nº	TÓPICO	MÍDIA	CONGRESSO	ONG/SOCIEDADE CIVIL	EMPRESARIOS	CIENTISTAS	GOVERNO
1	Quando ouviram falar em Mudanças Climáticas pela primeira vez	(10) na década de 80	(16) na década de 90	(31) na década de 90	(12) na década de 90	(10) na década de 80	(12) na década de 90
2	Nível de conhecimento sobre o tema	(14) Explorando e aprendendo mais	(18) Explorando e aprendendo mais	(21) Explorando e aprendendo mais	(13) Bom mas incompleto	(12) Bom mas incompleto	(9) bastante abrangente; (9) bom mas incompleto
3	Nível de motivação para aprender mais sobre a temática do clima	(18) Altamente motivada	(18) Altamente motivada	(43) Altamente motivada	(25) Altamente motivada	(26) Altamente motivada	(21) Altamente motivada
4	Maior desafio da humanidade para os próximos 20 anos	Meio ambiente; água; aquecimento global; mudança climática	Questões sociais: desigualdade, distribuição de renda, e inclusão.	Mudanças climáticas/desigualdades sociais; mudanças no modelo econômico; questões ambientais	Distribuição de renda/ desafios sociais/produção de alimentos	Mudanças urgentes na matriz energética mundial com redução de emissão de CO2	Questões sociais
5	Maior desafio do Brasil para os próximos 20 anos	Distribuição de renda/opportunidade para todos/cuidados com o meio ambiente	Sustentabilidade: equilíbrio entre questões sociais e ambientais	Desigualdade/questões sociais/manejo sustentável recursos naturais/conservação da Amazônia e controle do desmatamento	Distribuição de renda/educação	Melhor uso da água e dos recursos naturais/diminuir as desigualdades sociais	Combater as desigualdades sociais e a pobreza; cuidar da infra-estrutura e da educação
	Maior desafio ambiental para os próximos 20 anos	Preservação da Amazônia	Mudanças climáticas	Mudanças climáticas/questões hídricas	Preservar e recuperar recursos hídricos	Melhor uso da água e dos recursos naturais	Desenvolvimento sustentável (associação de questões sociais com preocupação com o meio ambiente)
6	Impacto das MC sobre as civilizações atuais	(14) concordam fortemente; (14) concordam	(18) concordam	(29) concordam fortemente	(16) concordam fortemente	(19) concordam fortemente	(16) concordam
7	Importância do tema Mudanças Climáticas para o setor	(22) muito importante	(17) importante muito	(51) muito importante	(25) muito importante	(27) muito importante	(20) muito importante
8	Quanto as metas de redução das emissões afetarão as atividades dos entrevistados	Maioria não sabe	Não afetaria	Afetaria, ampliaria possibilidades de negociar créditos de carbono	Afetaria negativamente. São contrários	Maioria aprova regulamentação. Afetaria positivamente.	Afetaria atividades relacionadas aos seus setores de atuação no governo
9	Barreiras identificadas para o enfrentamento das Mudanças Climáticas	1) Econômica 2) vontade política	1) Econômica 2) Ideológicas	1) Econômica 2) falta de educação	1) Modelo de produção e consumo	1) Interesses econômicos	1) fatores econômicos
10	Incentivos identificados para o enfrentamento às questões climáticas	Taxar emissões; conscientizar populações.	Educação; investimento em desenvolvimento tecnológico	Moratória contra desmatamento; reduzir impostos de energias alternativas; reforma tributária que leve em conta produtos ecológicos; valoração da floresta em pé	Investimento em eficiência energética; reforma tributária; crédito rural; investimento em tecnologia	Investimento em pesquisas e novas tecnologias	Incentivo ao bio-combustível; investimento em eficiência energética
11	Atores com maior responsabilidade no enfrentamento das Mudanças Climáticas.	1) Governo 2) Empresas	1) Governo 2) Empresas	1) Governo 2) Empresas	1) Governo 2) Empresas	1) Governo 2) Empresas	1) Governo 2) Empresas
12	Mudanças Climáticas no âmbito internacional	1) Pouca ação. 2) Críticas aos EUA	1) Pouca ação. 2) Críticas aos EUA e China	1) Muito discurso, pouca ação; 2) Omissão americana; 3) preocupação com Índia e China; 4) Europa está à frente; 5) Brasil age timidamente	1) Críticas aos EUA e China 2) Pouca ação.	1) Muita discussão e pouca ação.	Muito pouco tem sido feito
13	Nível de conhecimento e opinião sobre a proposta de "desmatamento evitado."	Maioria não conhece ou conhece pouco	Maioria não conhece ou conhece pouco	A maioria conhece superficialmente, poucos a conhecem em profundidade	Maioria não conhece ou conhece pouco	Metade conhece. Opiniões não otimistas	Maioria não conhece ou conhece pouco
14	Convenção do Clima em Bali	Maioria não acompanhou ou sabe pouco	Resultado ineficiente	Desconfiança em relação à eficácia dessas reuniões; grande parte insatisfeita com os resultados; poucos vêm avanços significativos	Maioria não se posicionou. Minoria acha que resultados foram bons	Maioria conhece resultados regulares ou fracos.	Conhecem pouco de frustração. Para os que participaram houve progressos
15	Responsabilidade do Brasil frente às questões climáticas	1) Conservar a Amazônia; Melhorar a matriz de transporte	1) Conservar a Amazônia; Estabelecer metas p/ emissões	1) controlar queimadas e desmatamento; 2) manter matriz energética limpa	1) Conservar a Amazônia; 2) Brasil deve assumir papel de liderança	1) Conservar a Amazônia 2) conservar a matriz energética brasileira.	1) Conter desmatamento
16	Importância das ações individuais	Maioria opinou que ações individuais fazem sim diferença. Atitude é uma forma de educação	Todos opinaram que ações individuais fazem sim diferença quando se multiplicam pela sociedade	Quase todos exaltam a importância das ações individuais	Mais da metade opinou que ações individuais fazem sim diferença. Atitudes são disseminadas na sociedade.	Maioria absoluta considera engajamento pessoal importantíssimo. Mudanças de hábitos, responsabilidade no votar fazem a diferença positivamente.	Maioria absoluta considera engajamento pessoal importantíssimo contribuindo para a mudança de comportamentos e de "consciência" em escala mais ampla.
17	Atividades econômicas que mais contribuem para as emissões	1) desmatamento/queimada; 2) transporte	1) Expansão da fronteira agrícola causando desmatamento 2) Emissões veiculares	1) Atividade agrícola; 2) transporte; 3) indústrias	1) siderurgia, agricultura e pecuária como causa do desmatamento 2) Indústrias e transporte	1) Modelo econômico - consumo e atividades que queimam combustíveis fósseis.	1) Expansão da fronteira agrícola causando desmatamento 2) Produção industrial e energética
18	Compatibilização entre o desenvolvimento e as mudanças climáticas	Desenvolver e enfrentar as mudanças climáticas é possível, com mudança no padrão de consumo	Desenvolver e enfrentar as mudanças climáticas é possível, através do 'conhecimento', de pesquisa e desenvolvimento tecnológico,	Desenvolver e enfrentar as mudanças climáticas é possível, desde que se estabeleça um novo modelo a seguir; é possível desenvolver diferente	Desenvolver e enfrentar as mudanças climáticas é possível desde que seja tratada por todos os setores governamentais e sociais e com mudança de paradigma de produção e consumo.	Desenvolver e enfrentar as mudanças climáticas é possível, com ressalvas no padrão de consumo	Desenvolver e enfrentar as mudanças climáticas é possível, com ressalvas no padrão de consumo

1. ABORDAGEM CONCEITUAL E CARACTERÍSTICAS DA PESQUISA

A pesquisa tem características *quali-quantitativa*, com roteiro combinando perguntas estruturadas e abertas que pode ser conhecido no Anexo I.

A técnica empregada foi a da “entrevista em profundidade”, adequada aos estudos de percepção.

Foram realizadas 210 entrevistas presenciais com um conjunto de pessoas previamente classificadas como influentes.

O conceito de influência adotado baseia-se na premissa de que determinadas pessoas são formadoras de opinião, influenciando opiniões e comportamentos no âmbito de sua comunidade, de sua empresa ou organização, ou ainda em relação à opinião pública.

Em geral, as características de um formador de opinião estão relacionadas à informação, poder, prestígio determinadas pela posição ou função que detém na escala social ou profissional. Em muitos casos, o formador de opinião alcança este status a partir de características pessoais como carisma e capacidade de liderar comprovada.

No caso desta pesquisa, as pessoas selecionadas para comporem a amostra são elas mesmas influentes (líderes reconhecidos em sua área de atuação) e/ou ocupam posição de destaque em organizações consideradas estratégicas em relação aos temas pesquisados.

A listagem dos nomes partiu de um conjunto inicial de pessoas identificadas em cada setor previamente definido e foi acrescida de indicações solicitadas aos entrevistados.

Buscou-se, portanto, entrevistar homens e mulheres que ocupam lugar de destaque nas empresas, nas organizações e postos de agências governamentais, assim como acadêmicos e profissionais de mídia com trajetórias consolidadas.

Na pré-seleção dos nomes, procurou-se não incluir pessoas que são líderes no campo da sustentabilidade ou que atuam na esfera de influência dos ambientalistas com posições já firmadas no tema das mudanças climáticas. Este procedimento teve como finalidade evitar um viés.

A pesquisa é de abrangência nacional, uma vez que entrevistou pessoas em todas as regiões brasileiras. As entrevistas duraram em média 50 minutos e foram gravadas, transcritas e editadas para fins de análise do seu conteúdo.

2. CONTEÚDO

O conteúdo geral versou sobre o conhecimento que os entrevistados detêm sobre mudanças climáticas, sua posição/visão diante da gravidade da questão e as relações que a problemática tem com as questões do desenvolvimento e da governabilidade global.

O roteiro contemplou os seguintes tópicos de interesse:

- Principal desafio da humanidade e do Brasil nos próximos 20 anos;
- Principal desafio ambiental nos próximos 20 anos (Mundo e Brasil);
- Grau de preocupação e atribuição de gravidade ao problema das mudanças climáticas;
- Conhecimento da questão;
- Visão sobre o impacto das mudanças climáticas na economia e nas perspectivas de desenvolvimento sócio-econômico;

- Visão sobre o impacto das mudanças climáticas no setor de atuação do entrevistado;
- Responsabilidades do Brasil
- Contribuição dos setores e atores na redução de emissões;
- A importância das energias renováveis (discussão sobre a matriz energética);
- Identificação de atores-chave e papel dos indivíduos na promoção de consciência e mitigação;
- Conhecimento sobre ações e programas nacionais e internacionais de mitigação/adaptação.

3. UNIVERSO DA PESQUISA E AMOSTRAGEM

Definiu-se 7 (sete) segmentos como universo da pesquisa: organizações governamentais, organizações não-governamentais, congresso nacional, empresários, sociedade civil, imprensa e academia/cientistas. A seleção dos entrevistados levou em conta, além do critério do segmento, 5 (cinco) recortes: economia; agricultura; energia; desenvolvimento socioeconômico e uso da terra. Ou seja, cada entrevistado deveria falar preferencialmente sobre um destes campos.

Ao todo foram realizadas 210 entrevistas conforme mostra o quadro a seguir, discriminando os setores e áreas de interesse:

Número de entrevistas realizadas por segmento e área de interesse

Setor	Área de interesse					Total de entrevistas
	Economia	Agricultura	Energia	Des. Socioec.	Uso da terra	
Governamental	6	6	6	6	6	30
ONG	6	6	6	6	6	30
Empresarial	6	6	6	6	6	30
Sociedade civil	6	6	6	6	6	30
Mídia	6	6	6	6	6	30
Científico/acadêmico	6	6	6	6	6	30
Congresso nacional	6	6	6	6	6	30
TOTAL GERAL	42	42	42	42	42	210

4. PERFIL DA AMOSTRA SEGUNDO O POTENCIAL DE INFLUÊNCIA

O perfil da amostra tem a seguinte conformação: homens e mulheres com alta escolaridade, residentes nas principais capitais do país, consideradas formadoras de opinião. São em geral profissionais e empresários que estão no topo da carreira, cujas opiniões e ações fazem diferença no seu estado, no seu setor de atuação ou âmbito temático. Ao todo

foram entrevistadas 210 pessoas em 11 estados brasileiros, entre os meses de janeiro a maio. A lista completa de entrevistados consta do Anexo II.

4.1. QUEM É MAIS INFLUENTE

Com o objetivo de se determinar o potencial de influência, todos os entrevistados foram classificados inicialmente, recebendo “nível de influência 1” (pois a pesquisa focou em “formadores de opinião”). Após a realização das entrevistas, a amostra foi redistribuída, incluindo mais duas categorias: “nível de influência 2” e “nível de influência 3”.

Os dois gradientes adicionados visaram categorizar os entrevistados segundo o seu potencial de influenciar positivamente para ampliar a preocupação com as mudanças climáticas bem como gerar ações pertinentes.

Estar no “nível 1 de influência” significa ser apenas “influyente”. Determinou a redistribuição para o “nível 2 de influência” a combinação do entrevistado se declarar muito motivado a compreender mais o fenômeno das mudanças climáticas e a atribuir muita importância ao tema. Estar no “nível 2 de influência” significa ser “muito influyente” para os objetivos de disseminação e ampliação do conhecimento sobre mudança climática.

Determinou a redistribuição para o “nível de influência 3” uma combinação do entrevistado se declarar muito motivado a compreender, atribuir muita importância ao tema e ainda demonstrar conhecimento relevante sobre as questões relativas ao fenômeno, bem como a relação/interfaces com o seu setor de atuação. Estar no “nível 3” de influência significa ser “altamente influyente” para os objetivos de disseminação e ação.

Permaneceu com “nível de influência 1” aqueles que se mostraram menos motivados ou pouco interessados em aprofundar, além de demonstrar informação insuficiente.

A distribuição resultante da adoção desses gradientes resultou nos quadros seguintes:

Distribuição dos entrevistados por influência

Influência	N	%
1	7	3,3
2	164	78,1
3	39	18,6
Total	210	100

(Fonte: Trabalho de campo janeiro-maio/2008)

4.2. QUEM TEM MAIS PODER?

O nível de poder foi estabelecido de acordo com a relevância da instituição, o cargo que os entrevistados ocupam e o poder que exercem ou podem exercer nos processos decisórios de suas organizações.

O primeiro nível de poder – “nível 1” é atribuído pela posição estratégica da organização e/ou instituição à que o entrevistado pertence: um ministério é uma agência estratégica já um canal de televisão vai depender de sua posição no ranking dos canais televisivos e do seu público.

O “nível de poder 2” é atribuído pelo cargo que o entrevistado ocupa. Se ele é um presidente de empresa, isso é mais estratégico do que, por exemplo, um cargo médio ou de segundo escalão. Um repórter que cumpre uma pauta é menos importante que um editor-chefe.

O ‘nível de poder 3’ é atribuído aos entrevistados segundo o poder de decisão sobre mudanças ou adoção de focos específicos em suas empresas, organizações, políticas, pesquisas, fatos jornalísticos, etc.

Distribuição dos entrevistados por poder

Poder	N	%
1	10	4,8
2	106	50,5
3	94	44,8
Total	210	100

(Fonte: Trabalho de campo janeiro-maio/2008)

4.3. INFLUÊNCIA POTENCIAL DOS ENTREVISTADOS

O real potencial de influência de cada entrevistado resulta portanto, do cruzamento do seu nível de influência com o seu nível de poder. O potencial de influência, para efeito de classificação, está subdividido em três categorias, como segue:

Tem *baixo potencial* de influência aqueles entrevistados que combinam o fato de estarem em organizações e/ou instituições que foram classificadas no “nível 1 de poder” e que ocupam cargos de segundo ou terceiro escalão, e que ainda não têm poder de decisão, além de não se mostrarem motivados.

Têm *médio potencial* de influência os entrevistados que apesar de se mostrarem motivados não estão em organizações estratégicas ou não têm poder ou não participam dos processos decisórios. Ou ao contrário, têm poder de fato, ocupam cargos importantes em instituições relevantes, mas não atribuem importância ao tema nem estão interessados em aprender mais.

Têm *alto potencial de influência* os indivíduos que são motivados, estão em organização/instituição estratégica, ocupam cargos de mando e têm poder de decisão para alterar processos e influenciar o setor.

Os quadros abaixo simulam o exercício e nos dão o resultado final:

Critérios para classificação da influência potencial	Influência	Poder
Influência nível 1 com poder nível 1	baixa	baixo

Influência nível 1 com poder nível 2	baixa	baixo
Influência nível 2 com poder nível 1	média	baixa
Influência nível 2 com poder nível 2	média	média
Influência nível 2 com poder nível 3	média	alta
Influência nível 3 com poder nível 2	alta	média
Influência nível 3 com poder nível 3	alta	alta

Cruzamento poder x influência

Influência	Poder		
	1	2	3
1	0	7	0
2	10	90	64
3	0	9	30

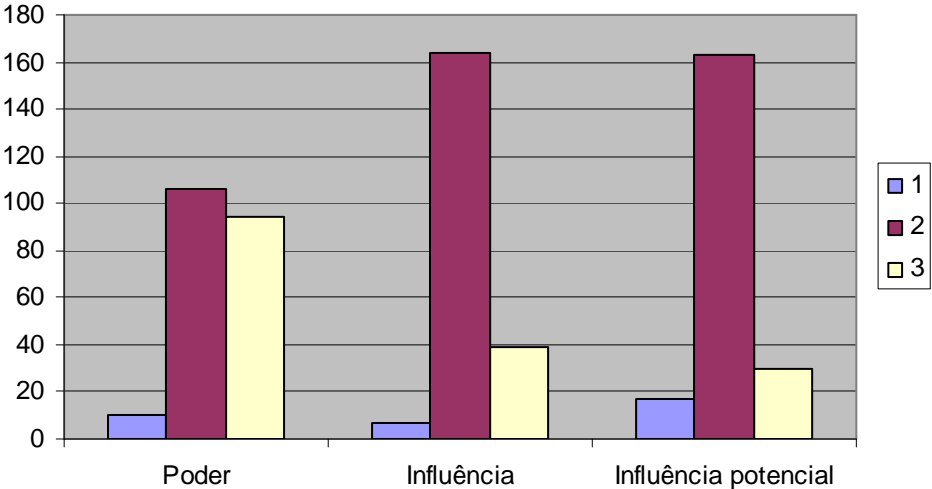
Distribuição de entrevistados por influência potencial

Influência potencial	N	%
1- baixa	17	8,0
2 - média	163	78,0
3 - alta	30	14,0
Total	210	100

(Fonte: Trabalho de campo janeiro-maio/2008)

Como se pode verificar, nossa amostra é composta de uma maioria de lideranças que têm um médio potencial de influência: 163 entrevistados estão classificados nesta categoria, ou seja, 78% da amostra. Mas também temos um significativo conjunto de alta influência, 30 entrevistados, compondo 14% da amostra. Uma minoria, apenas 17 entrevistados, ou 8% da amostra apresentam um perfil de baixa influência.

Distribuição dos entrevistados por poder, influência e influência potencial



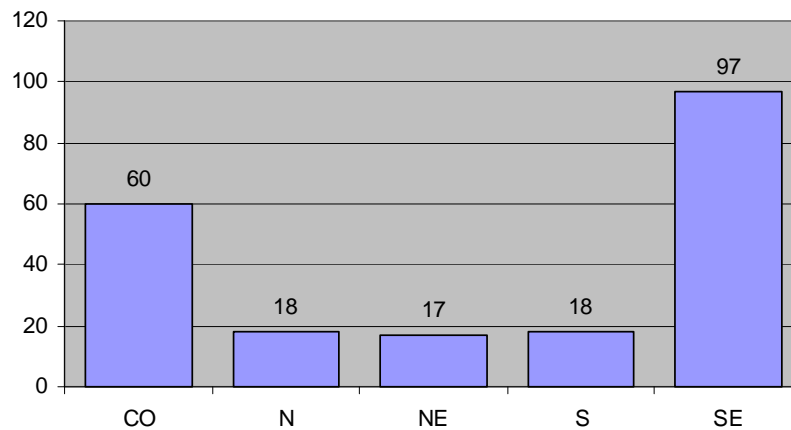
(Fonte: Trabalho de campo janeiro-maio/2008)

5. PERFIL DETALHADO DA AMOSTRA

5.1. ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA DO ESTUDO

Como era de se prever, sobretudo pelo chamado “fator Brasília” onde se concentram os parlamentares e executivos do governo, bem como as principais associações empresariais, as entrevistas se concentraram nas regiões sudeste (46%) e centro-oeste (29%), como mostra a figura abaixo:

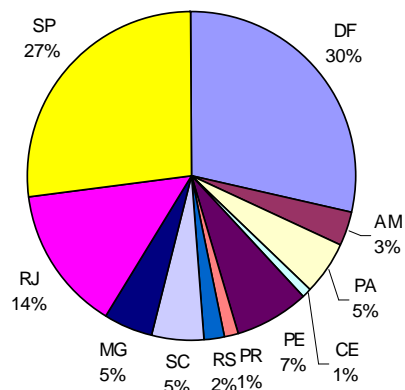
Entrevistas por região



(Fonte: Trabalho de campo janeiro-maio/2008)

Os estados com maior ocorrência de entrevistas foram Brasília (27%), São Paulo (27%), e Rio de Janeiro (14%):

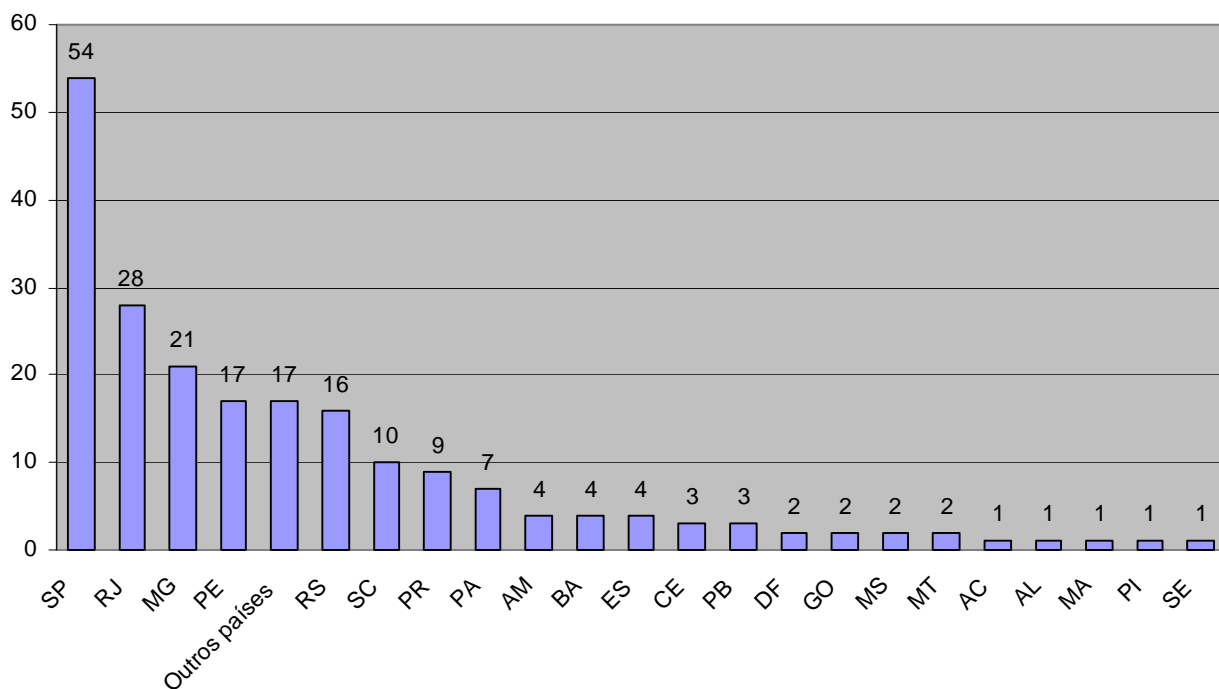
Entrevistas por estado



(Fonte: Trabalho de campo janeiro-maio/2008)

Mais da metade dos entrevistados é natural da região sudeste: 26% de São Paulo, 13% do Rio de Janeiro e 10% de Minas Gerais. Outros 17% são naturais da região sul e 15% da região nordeste. A amostra ainda contou com 8% de entrevistados estrangeiros residentes no Brasil.

Entrevistados por naturalidade

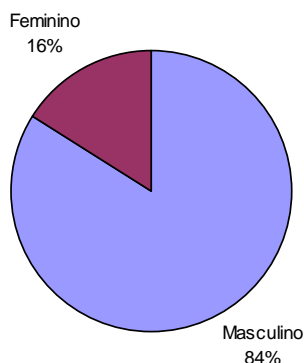


(Fonte: Trabalho de campo janeiro-maio/2008)

5.2. SEXO E IDADE

Os entrevistados foram, em sua grande maioria, homens (84%), como mostra a figura abaixo. Essa disparidade de gênero é explicada pela característica da seleção e pela intencionalidade da amostra – que privilegiou altos cargos e ocupantes de posições estratégicas.

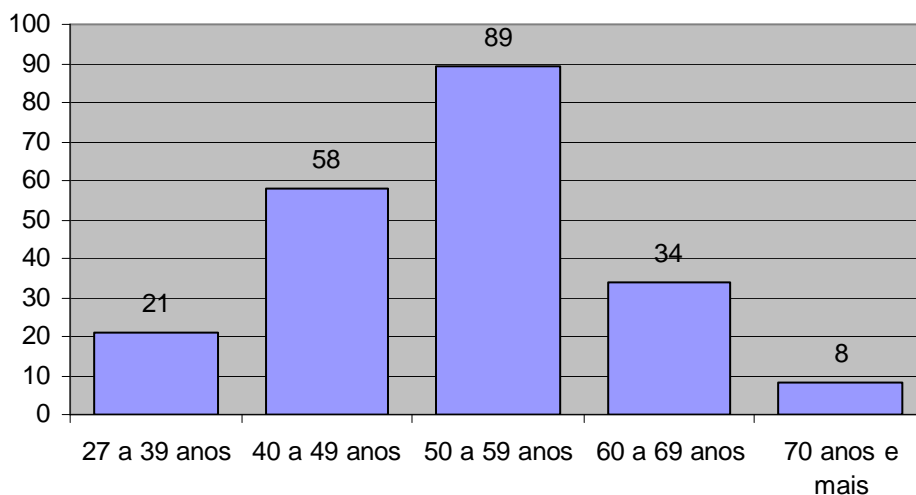
Entrevistados por sexo



(Fonte: Trabalho de campo janeiro-maio/2008)

O intervalo de idade que vai de 40 a 59 anos concentra a maioria dos entrevistados: 70%. Essa parece ser a faixa na qual os indivíduos alcançam maior poder e influência (critérios da amostra). Os entrevistados entre 50 e 59 anos é a faixa mais representada: 42% da amostra. Outros 28% dos entrevistados têm entre 40 e 49 anos, e apenas 10% se incluem na faixa entre 27 e 39 anos, como podemos ver no gráfico a seguir:

Entrevistados por faixa etária

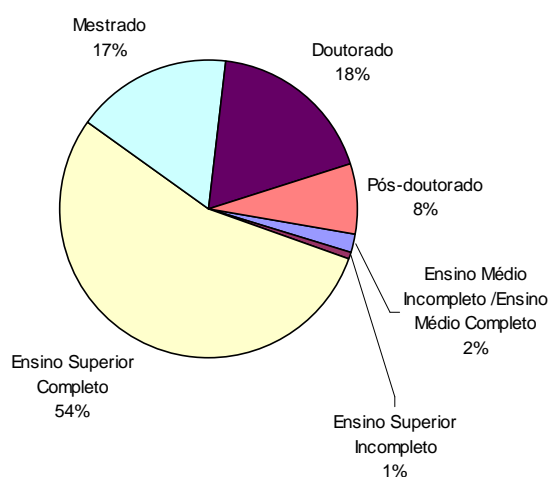


(Fonte: Trabalho de campo janeiro-maio/2008)

5.3. ESCOLARIDADE

O nível de escolaridade dos entrevistados é bastante alto, o que era esperado. A maioria (54%) tem o Ensino Superior completo. Outra grande parte (43%), quase metade, é pós-graduada: tem mestrado (17%), ou doutorado (18%), ou ainda pós-doutorado (8%), como mostra a figura abaixo.

Entrevistados por escolaridade



(Fonte: Trabalho de campo janeiro-maio/2008)

LISTA DE ENTREVISTADOS

Segue abaixo a lista de entrevistados por setor. Em anexo seguem os resumos bibliográficos dos entrevistados por ordem alfabética.

CIENTÍFICO

Adalberto Veríssimo	Instituto de Pesquisas do Homem da Amazônia
Antonio Batista Filho	Instituto Biológico
Antonio Ocimar Manzi	LBA/INPA
Béda Barkokebas Junior	Universidade de Pernambuco
Célio Bermann	USP
Edna Ramos de Castro	UFPA
Edneida Rebelo Cavalcanti	FUNDAJ
Eduardo Assad	EMBRAPA
Eustáquio Reis	IPEA
Fernando Lyra	FUNDAJ
Flavio Jesus Luizão	LBA
Gilberto Jannuzzi	UNICAMP
Guilherme Dias	USP
João Klug	Núcleo de Pesquisa de Migração e Meio Ambiente
Jorge Albert Gazel Yared	EMBRAPA Amazônia Oriental
José Geraldo Eugênio	EMBRAPA
José Goldemberg	Comissão Especial de Bioenergia – SP
José Ubiratan Delgado	IRD
Lucio Botelho	UFSC
Luiz Gylvan Meira Filho	IEA/USP
Márcio Pochmann	IPEA

Marco Antonio Saidel	GEPEA/POLI/USP
Neliton Marques da Silva	IPAAM
Orlando Cristiano da Silva	CENBIO- Instituto de Eletrotecnica e Energia/ IEE - USP
Paulo Saldiva	Lab Poluição/FMUSP
Prakki Satyamurty	INPE/INPA
Romel Benício Costa da Silva	Museu Emílio Goeldi
Suani Teixeira Coelho	IEE/USP
Tateane Deane de Abreu Sá	EMBRAPA
Weber Amaral	Pólo Nacional de Biocombustíveis ESALQ/USP

CONGRESSO

Antônio Carlos Mendes Thames	PSDB / SP	Câmara dos Deputados
Atila Nunes Pereira Filho	DEM / RJ	Assembléia Legislativa
Augusto Silveira de Carvalho	PPS / DF	Câmara dos Deputados
Ciro Gomes	PSB / CE	Câmara dos Deputados
Cristovão Buarque	PDT / DF	Senado Federal
Eduardo Gomes	PSDB / TO	Câmara dos Deputados
Eduardo Valverde	PT / RO	Câmara dos Deputados
Elvino Bonh Gass	PT / RS	Assembléia Legislativa
Fernando Gabeira	PV / RJ	Câmara dos Deputados
Homero Pereira	PR / MT	Câmara dos Deputados
Jilmar Tatto	PT / SP	Câmara dos Deputados
João da Silva Maia	PR / RN	Câmara dos Deputados
José Carlos Aleluia	DEM / BA	Câmara dos Deputados
José Eduardo Vieira Ribeiro	PT / BA	Câmara dos Deputados
Julio Semeghini	PSDB / SP	Câmara dos Deputados
Luis Castro Andrade Neto	PPS / AM	Assembléia Legislativa
Marina Terra Maggessi de Souza	PPS / RJ	Câmara dos Deputados
Neider Moreira	PPS / MG	Assembléia Legislativa
Paulo Roberto Dornelles Borges	DEM / RS	Assembléia Legislativa
Paulo Teixeira	PT / SP	Câmara dos Deputados
Raul Belens Jungmann Pinto	PPS / PE	Câmara dos Deputados
Rebecca Martins Garcia	PP / AM	Câmara dos Deputados

Renato Casagrande	PSB / ES	Senado Federal
Rita Camata	PMDB / ES	Câmara dos Deputados
Rodrigo Felinto Ibarra Epitácio Maia	DEM / RJ	Câmara dos Deputados
Rodrigo Rollemberg	PSB / DF	Câmara dos Deputados
Sérgio José Grando	PPS / RS	Assembléia Legislativa
Serys Silhrssarenko	PT / MT	Senado Federal
Sibá Machado	PT / AC	Senado Federal
Wellington Fagundes	PR / MT	Câmara dos Deputados

EMPRESARIAL

Carlos Salles	Tormes Consultoria
Celina Carpi	Grupo Libra
Christiano Pires de Campos	CENPES/Petrobras
David Zylbertajn	DZ Negócios com Energia
Fabio Nogueira de Avelar Marques	Plantar S/A
Fábio Romero Virgolino Barros	Construtora Queiroz Galvão
Flavia Moraes	Phillips do Brasil
Flavio Montenegro	VALE
Franklin Feder	ALCOA
Frederico Marinho	CONPET/Petrobras
Giem Guimarães	Grupo Positivo
Hamilton Pollis	Eletróbrás
Hermes Jorge Chipp	Operador Nacional do Sistema Elétrico
Ivan Wedekin	Bolsa de Mercadorias & Futuros
João Antonio Prestes	Grupo ORSA
Jorge Augusto Rodrigues	Souza Cruz
José Arnaldo Delgado	Queiroz Galvão
José Carlos Gameiro Miragaya	PETROBRAS
José Carlos Martins	VALE
Laura Teth	Consultoria Laura Teth
Leonardo Gloor	Arcelor Mittal Brasil
Luiz Suplicy Hafers	Conselho Nacional do Café
Márcio Lopes de Freitas	Organização das Cooperativas do Brasil _ OCB

Matheus Guimarães Antunes	SIMASA
Mauricio Born	ALCOA
Renato Augusto Pontes Cunha	SINDAÇUCAR
Ricardo Gustav Neuding	ATA
Roberto Rodrigues	FIESP
Victor Hugo Kamphorst	ABN AMRO Bank
Vitor Feitosa	SAMARCO

GOVERNAMENTAL

Aloysio Gonçalves Costa Junior	Secretaria de Meio Ambiente de Pernambuco
Amílcar Guerreiro	EPE
Ariel Pares	Ministério de Planejamento de Longo Prazo
Bruno Pagnoccheschi	ANA
Carlos Eduardo Lampert Costa	Ministério do Planejamento
Carlos Mário Guedes de Guedes	NEAD/MDA
Christian Perellier Schneider	Ministério da Integração
Djalma Bezerra de Mello	Agencia de Desenvolvimento da Amazônia
Edilson Guimarães	Ministério da Agricultura
Flavio Bolliger	IBGE
Haroldo Lima	ANP
Izabella Mônica Teixeira	Secretaria do Ambiente do Estado do RJ
Jerson Kelman	ANEEL
João Luiz Guadagnin	Ministério da Agricultura
João Paulo Capobianco	Ministério do Meio Ambiente
Jomilton Costa	Ministério da Saúde
José Miguez	Ministério da Ciência e Tecnologia
José Roberto de Lima	Ministério do Meio Ambiente
José Sydrião de Alencar Júnior	ETENE
Luis Carlos Guedes Pinto	Banco do Brasil
Manoel Vicente Fernandes Bertone	Ministério de Agricultura e Pecuária
Márcia Camargo	Ministério das Minas e Energia
Marcos Otávio Bezerra Prates	Ministério de Desenvolvimento Ind. E Comércio
Robert Smith	Banco do Nordeste

Ronaldo Jucá	CHESF
Tasso Resende de Azevedo	Ministério do Meio Ambiente
Thelma Krug	Secretaria de Mudanças Climáticas/MMA
Valmir Gaisrael Ortega	Secretaria de Meio Ambiente do Pará
Virgílio Maurício Vianna	Secretária de Meio Ambiente do Amazonas
Wagner Gonçalves Rossi	CONAB

MÍDIA

Alexandre Mansur	Revista Exame
Angela Crespo	Jornal da Tarde
Angela Lindenberg	TV Globo
Aristoteles Drummond	Aristoteles Drummond Consultoria
Carlos Chagas	SBT
Claudia Ribeiro	Rádio Globo
Claudio Angelo	Folha de São Paulo
Eleonora Pascoal	Band
Elio Gaspari	Folha de São Paulo
George Vidor	O Globo
Herodoto Barbeiro	TV Cultura
José Luis Datena	Band
Juca Kfoury	Folha de São Paulo
Juremir Machado da Silva	Correio do Povo
Leandro Sarmatz	Vida Simples
Luis Antônio Novaes	O Globo
Luiz Henrique Yagelovic	Sistema Globo de Rádio/CBN
Marcelo Sirangelo	TV Cultura
Mario Motta	Grupo RBS
Matheus Shirts	National Geographic
Miriam Leitão	O Globo
Moacir Pereira	Diário Catarinense
Neide Duarte	Rede Globo
Paulo Cabral	Band
Renato Machado	TV Globo

Ricardo Boechat	Band
Rosane Marchetti	RBS
Sergio Abranches	CBN
Sergio Gwercman	Superinteressante
William Bonner	TV Globo

ONG

Alexandre Sávio Pereira Ramos	FASE
Ana Maria Schindler	ASHOKA
Andre Nassar	ICONE
André Urani	IETS
Arnulfo Alves Barbosa Filho	Diaconia
Carlos Covalan	OPAS/NOS
Claudio Weber Abramo	Transparencia Brasil
Fernando Penteadó Cardoso Filho	AGRISUS
Ian Samuel Thompson	TNC
Jecinaldo Barbosa Saterê Mawé	COIAB
José Aldo dos Santos	Centro Sabiá
José Maria Cardoso da Silva	CI
Lucia Ortiz	FBOMS- GT Energia
Luis Felipe Lacerda Pacheco	IBAM
Marcelo Mezel	Sociedade de Nordestina de Ecologia
Marco Antonio Fujihara	Instituto Totum
Marco Aurélio Ziliotto	Ecoclima
Maria Alice Setubal	CENPEC
Maria Dalce Ricas	AMDA
Marli Gondim de Araújo	CEDS Pernambuco
Mauro Passos	IDEAL
Miriam Dualibi	Ecoar para Cidadania
Oswaldo de Carvalho Junior	IPAM
Paulo Dimas Rocha Menezes	Instituto Cidades
Peter May	Pró-Natura
Ricardo Braga	SNE/UFPE

Teófilo Artur de S. Cavalcante Neto VivaCred

Valério Turnês Acolhida na Colônia

SOCIEDADE CIVIL

André Rocha Ferreti Fundação O Boticário

Carlos Nobre Grupo IAG do Prg. Piloto PPG7

Chrsitopher Wells FEBRABAN

Cleia Anice da Mota Porto CONTAG

Enéas Salatti FBDS

Fernando Henrique Cardoso Instituto Fernando Henrique Cardoso

Francisco Miguel de Lucena FeTRAF

Guilherme dos Santos Carvalho AIMEX-PA

Hilton Silveira Pinto FCO

Israel Klabin FBDS

Jean Mark Von Der Weid AS-PTA

Luis Carlos Guimarães ABRADEE

Luiz Pinguelli Rosa Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas

Marco Antonio Raupp Sociedade Brasileira para o Progresso da
Ciência

Marcus Vinicius Pratini de Moraes Associação Brasileira de Exportadores de Carne
Bovina

Marilena Lazzarini IDEC

Marina Freitas Grossi CEBDS

Mário Menel ABIAPE

Mauricio Mendonça CNI

Miguel Sedediuk Milano AVINA

Oded Grajew Instituto Ethos

Patrícia Helena G. Boson FIEMG

Pedro Ivan Christoffoli MST

Renault de Freitas Castro ABRALATAS

Roberto Smeraldi Amigos da Terra/Projeto Ecofinances

Rodrigo Justus de Brito CNA

Sérgio Colle LABSOLAR

Thais Corral REDEH

Wilson Schmidt

AGRECO

Zilda Arns Neumann

CEDS